

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 185/2024

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos permanente medico hospitalar para atender Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira através da resolução nº 230/SES/MS de 18 de junho de 2024, Processo nº27/018153/2024, que autoriza a transferência de recursos do Fundo Especial de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Murtinho – MS, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.497.673,20 (Dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil e seiscentos e setenta e três reais e vinte centavos).

INÍCIO REC. PROPOSTA: 19/12/2024 00:00

FIM REC. PROPOSTA: 15/01/2025 18:00

INÍCIO DISPUTA: 16/01/2025 09:00

TIPO DE LANCE: MENOR LANCE

TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA (DF)

Local: Plataforma BLL Compras – <https://bll.org.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: [menor preço item]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

SUMÁRIO:

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DA CREDENCIAMENTO | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 8 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 9 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO..... | 12 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 14 |
| 9. DOS RECURSOS..... | 16 |
| 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 17 |
| 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 18 |
| 12. DO TERMO DE CONTRATO | 19 |
| 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 19 |

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO MURTINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 185/2024.

Torna-se público que O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 11.160.486/0001-41, com sede a Rua Doutor Correa, nº 737, Porto Murtinho MS, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 15.110 de 17 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:

1.1 Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos permanente medico hospitalar para atender Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira através da resolução nº 230/SES/MS de 18 de junho de 2024, Processo nº27/018153/2024, que autoriza a transferência de recursos do Fundo Especial de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Murtinho – MS, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

2. DO CREDENCIAMENTO:

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.1.1 O cadastro deverá ser feito na Plataforma BLL COMPRAS, no sítio, <https://bll.org.br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. As licitantes deverão comprovar o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 ou como Microempreendedor Individual, nos termos do art. 18-A, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006 para participação no presente certame.

2.4.1. A comprovação do enquadramento, poderá ser realizada por meio da apresentação da **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**, expedida pela Junta Comercial ou a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO** validada pela Junta Comercial, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias.

2.4.2. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão ou Declaração da Junta Comercial.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados e na Plataforma BLL Compras (<https://bll.org.br/>).

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o login e senha para acesso ao Sistema.

3.2. As empresas em Recuperação Judicial e Extrajudicial que obtiveram a sua concessão ou a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial pelo juízo competente, deverão ter a respectiva certidão inserida em seu cadastro.

3.2.1 A apresentação da certidão de concessão de recuperação judicial não suprime a obrigação da empresa comprovar todos os requisitos requeridos no certame, inclusive econômico-financeiros, pois necessário conferir igual tratamento a todas as licitantes.

3.3. Poderão participar do certame licitatório todas as Empresas interessadas comprovadamente do ramo correlacionado ao objeto desta licitação e que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste Edital.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O impedimento de que trata o item 3.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.2 e 3.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.3.2 e 3.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.11. A vedação de que trata o item 3.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.3. O envio da proposta, e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3.1. É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente os documentos relacionados nos itens seguintes, que conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, podem ser apresentados em cópia simples, sem necessidade de autenticação.

4.3.1.1. A comprovação da **Habilitação Jurídica** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Registro comercial** no caso de Empresa Individual;
- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial;
- c) **Inscrição do ato constitutivo e alterações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações;
- d) **Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas**, acompanhada de prova da diretoria em exercício no caso de Sociedade Civil;
- e) **Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento**, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil;
- f) **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual** – CCMEI para MEI;

4.3.1.2. A comprovação da **Regularidade Fiscal** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ/MF**) em plena validade;
- b) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social – CND (**INSS**), mediante a certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (ISSQN), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei. Certidão Negativa ou Positiva (com efeito suspensivo) de Débitos Gerais, o município que não prover da certidão de débitos gerais, o licitante deverá apresentar certidão negativa de débitos imobiliários e mobiliário;
- d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;
- e) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

4.3.1.3 A comprovação relativa à **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

4.3.1.4 A documentação relativa à **Qualificação econômico-financeira** consistirá na apresentação da **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

4.3.1.5. Registro em órgão regulamentador como; INMETRO, ANVISA, CREA, NBR IEC 60601-1; NBR IEC 60601- 1-2; NBR IEC 60601-1-4; NBR IEC 60601-1-6; NBR IEC 60601-1-8; NBR IEC 60601-2-4; NBR IEC 60601-2-27; NBR IEC 60601-2-30 E NBR IEC 60601-2-49, NBR 11816 – Esterilização – Esterilizadores a vapor com vácuo para produtos de saúde; NR 13- Caldeiras e Vaso de Pressão; Certificação ASME – para este tipo de equipamento; NBR ISO 17665-1, além disso, a solução deve atender às normas e critérios de sustentabilidade, conforme Manual de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.3.1.6. Comprovação de aptidão de desempenho técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou/forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os serviços/materiais de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável.

4.3.1.7 Comprovação de Assistência Técnica autorizada em Mato Grosso do Sul, prestada por empresas credenciadas ao Fabricante dos equipamentos, mediante prospecto, site de Internet ou outros meios, contendo a rede de serviços autorizados, sendo que esta Assistência será prestada durante todo o período de garantia do equipamento.

4.3.1.8 Apresentação de CATÁLOGOS, FOLHETOS TÉCNICOS OU PÁGINAS DA WEB para o equipamento ofertado. A ausência de alguma especificação no referido catálogo não ensejará a desclassificação da empresa. Neste caso poderão ser efetuadas diligências para sanar a pendência.

4.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.5. O Licitante deverá apresentar declaração, que:

4.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.5.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.6 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido no modelo de proposta,

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.11.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 1197/2023 de 27 de dezembro de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada,

com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sistema da BLL, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema BLL, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 3 (três) dias úteis.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://bll.org.br/> e www.portomurtinho.ms.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta

em especial quando:

- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.2. e 10.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7. e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2. e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou

contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://bll.org.br/>.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO TERMO DE CONTRATO:

12.1. Após a homologação do certame, havendo requisição da área requisitante e autorização da contratação pela autoridade competente, será firmado o Termo de Contrato, conforme modelo disposto no ANEXO II.

12.2. A empresa terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, prorrogável a critério da Administração, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. A critério da Administração, caberá prorrogação do prazo acima, desde que devidamente justificado.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://bll.org.br/>, <https://portomurtinho.ms.gov.br/>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta do Contrato;

ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO IV - Declaração Inidoneidade;

ANEXO V - Declaração de Não Impedimento;

ANEXO VI - Declaração menores de idade;

ANEXO VII - Declaração ME/EPP;

ANEXO VIII - Declaração Responsabilidade;

ANEXO IX - Declaração de Vínculo.

Porto Murtinho MS, 18 de dezembro de 2024.

RITA DE CASSIA PADILHA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

- 1.1.** O Presente Termo de Referência tem como objeto a formalização de licitação para contratação de empresas especializada no fornecimento de equipamentos permanente medico hospitalar para atender Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira através da **resolução nº 230/SES/MS de 18 de junho de 2024, Processo nº27/018153/2024, que autoriza a transferência de recursos do Fundo Especial de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Murtinho – MS**, por um período de 12 meses conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

(X) Natureza Comum

(...) Natureza Especial

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | Quant. Estimado 2024 |
|------|---|------|----------------------|
| 01 | BANHO MARIA; Capacidade que atenda de 90 a 105 tubos. Temperatura regulável por microprocessador digital. Cuba interna em aço inox sem emendas ou soldas. Capacidade entre 6,6 litros a 10 litros. Tampa em aço inox ou em plástico. Estrutura externa em aço inox ou aço ferro pintada. Aquecimento através de resistência blindada tipo tubular. Estante única para tubos de ensaio. Controlador de temperatura com display. Faixa de trabalho, no mínimo, entre -10° C e 120° C, com precisão igual ou melhor que $\pm 1,5^{\circ}$ C. Garantia mínima de 1 (um) ano. Manual de operação e de serviço em português. Apresentar Registro/Cadastramento no Ministério da Saúde. | UNID | 01 |
| 02 | CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS DIVERSOS; Tipo; fechado, material de confecção em aço, capacidade ou dimensões altura de 70CM a 90CM x largura de 60CM a 70CM, comprimento de 7CM a 100CM, bandejas em aço inox de ate 03 prateleiras. Garantia mínima de 1 (um) ano. Manual de operação e de serviço em português. Apresentar Registro/Cadastramento no Ministério da Saúde. | UNID | 01 |
| 03 | CENTRIFUGA DE LABORATORIO tecnologia digital, tipo; para TUBOS de 04 ate 30 amostras, CENTRIFUGA, de bancada, para laboratório, com no mínimo as seguintes características: estrutura em plástico injetado de alto impacto, com proteção interna em chapa de aço com tratamento anticorrosivo em toda extensão; trava de segurança dupla e eletrônica na tampa superior; motor tipo brushless "sem escovas", com sistema de inversor de frequência que proporcione alta estabilidade da rotação e baixo nível de ruído; controle microprocessador, com painel frontal elevado, display touch com indicação da rotação em RPM, força G e tempo de processo, permitindo uma operação rápida e segura; tecla para rotação rápida; painel contendo teclado com teclas de acréscimo, decréscimo, início e parada do processo, abertura de tampa e tecla para seleção de programas; medição da rotação para aferição técnica, através de visor na tampa; ajuste de aceleração e frenagem totalmente independentes com variação de no mínimo de 10 a 240 segundos; rotação mínima de 3.600 RPM na cruzeta horizontal; base com pés de borracha antiderrapante. Deve acompanhar: cruzeta horizontal, construída em alumínio com alta resistência e capacidade para 28 tubos de 10 ml. Alimentação elétrica | UNID | 01 |

| | | | |
|-----------|---|-------------|----|
| | bivolt (127/220 v). Equipamento certificado em conformidade com as normas NBR IEC 61010-1, NBR IEC 61010-2-020 e NBR IEC 61326. Certificado de Boas Práticas de Fabricação. Garantia mínima de 1 (um) ano. Manual de operação e de serviço em português. Apresentar Registro/Cadastramento no Ministério da Saúde. | | |
| 04 | CONTADOR MANUAL DE CÉLULAS PARA LABORATORIO , CONTADOR de células, sanguíneas, manual, com alarme sonoro e bloqueio automático para cada 100 células contadas; contagem de eritoblastos em separado; contagem diferencial; cálculo de valores absolutos e índices hematimétricos (vcm-hcm-chcm); 60hz; tensão 110/220 volts, para uso laboratorial. Certificado de Boas Práticas de Fabricação. Garantia mínima de 1 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul. Manual de operação e de serviço em português. Apresentar Registro/Cadastramento no Ministério da Saúde. | UNID | 01 |
| 05 | HOMOGENEIZADOR DE BOLSA DE SANGUE DE LABORATORIO ; Especificações mínimas; Equipamento automático com bandeja oscilante, para homogeneizar o sangue com anticoagulante durante a coleta, flexibilidade para utilização de diversos tipos de bolsa. Possui balança digital, com tara automática, controle do fluxo com fechamento automático do tubo quando o volume programado é atingido, painel digital que permite pré-seleção de tempo e do volume a ser coletado, minutos, fluxo, data e hora, alarme visual e sonoro de fim de coleta por tempo ou volume, dispositivo de proteção com interrupção da coleta e alarme sonoro caso o fluxo do sangue seja inferior ao programado, acompanha leitor óptico de código de barras e bateria recarregável. Memória para no mínimo 100 doações. Interface para rede local ou transmissão de dados via modem. Saída RS 232. Software de comunicação para Windows. Alimentação: 110/240 VAC - 50/60 Hz, Garantia mínima de 1 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul. Manual de operação e de serviço em português. Apresentar Registro/Cadastramento no Ministério da Saúde. | UNID | 01 |
| 06 | IMPRESSORA DE CODIGO DE BARRA Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora de código de barras com tecnologia térmica direta; conectável a computadores; resolução de 200 DPI; cortador automático de fita; compatível com rolo contínuo e largura de impressão máxima de 104 mm; Suportar Código de Barras EAN 128, suportar sistema operacional Windows em todas as versões 2000/XP/VISTA/7 e GNU-LINUX KERNEL 2.6 ou superior; interface USB e desejável RS232; voltagem bivolt ou acompanhada de conversor de voltagem compatível com a potência do equipamento fornecido; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima de 1 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul. Manual de operação e de serviço em português. Apresentar Registro/Cadastramento no Ministério da Saúde. | UNID | 01 |
| 07 | NO BREAK (para computador) NOBREAK ; Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V (em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 V (a ser definida pelo solicitante). Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 W. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto | UNID | 03 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Certificado de garantia mínima de 1 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul. Manual de operação e de serviço em português. | | |
| 08 | BERÇO HOSPITALAR COM GRADE; Especificações mínimas; grade móvel em aço inoxidável, estrutura tubular pintada, estrado em chapa de aço, dimensões mínimas 430 x 800 x 100 mm acompanhado de colchão em espuma, densidade 28, forrado com napa resistente, cor azul, dimensões 770 x 370 x 100 mm, costura vulcanizada e abertura lateral com zipper com certificado de densidade expedido por Organismos de Certificação de Produtos (OCP) acreditado pelo Inmetro. REGISTRO NA ANVISA O equipamento deve estar de acordo com todas as legislações e regulamentos vigentes que se apliquem a ele. Garantia mínima de 1 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. | UNID | 04 |
| 09 | ANALISADOR AUTOMATICO PARA HEMATOLOGIA; Especificações mínimas; Análise de, no mínimo, 26 à 29 parâmetros com até 70 testes/hora, possuir memória no mínimo para 80.000 resultados e gráficos; Realizando, no mínimo, os seguintes testes: contagem total de leucócitos, Contagem total de eritrócitos, Determinação da Hemoglobina por método que comprove haver mínima interferência de Turbidez como: Lipemia ou Leucocitose na amostra e o reagente deverá possuir ausência de cianeto, Possibilidade de utilizar amostras diluídas para valores altos de WBC, RBC e PLT. Para contagem diferencial de células brancas WBC utilizarem princípio de citometria de fluxo através de fluorescência ou citometria optica hydrofocus free OCHF. Possuir um parâmetro para células imaturas que realize a contagem específica somente da linhagem granulocítica (pró-mielócito, mielócito e metamielócito). Possuir Alarmes para presença significativa de linfócitos atípicos, neutrófilos bastonetes, Blastos e agregados plaquetários. Utilizar impedância com foco hidrodinâmico ou utilizar dispersão de luz para contagem de Plaquetas e RBC. Determinação hematócrito, Determinação de volume corpuscular médio, Determinação da Hemoglobina Corpuscular Média, Determinação da Concentração da Hemoglobina Corpuscular Média, Determinação do Índice de Anisocitose, Contagem total de plaquetas, Determinação do volume plaquetário médio, Determinação de plaquetócrito, Determinação da amplitude da distribuição de plaquetas, Contagem de linfócitos (valor absoluto), Contagem de linfócitos (valor relativo), Contagem de monócitos (valor relativo), Contagem de monócitos (valor absoluto), Contagem de neutrófilos (valor absoluto); Contagem de neutrófilos (valor relativo), Contagem de eosinófilos (valor absoluto), Contagem de eosinófilos (valor relativo), Contagem de basófilos (valor absoluto), Contagem de basófilos (valor relativo), Contagem de linfócitos atípicos (valor absoluto), Contagem de linfócitos atípicos (valor relativo), Contagem de grandes células imaturas (valor absoluto); Contagem de grandes células imaturas (valor relativo). Realizar pelo menos os seguintes parâmetros : WBC, RBC, HGB, HCT, VCM, HCM, CHCM, PLT, NEUT%, LINF%, MONO%, EO%, BASO%, IG%, NEUT#, LINF#, MONO#, EO#, BASO#, IG#, RDW-SD, RDW-CV, MPV, PCT, PDW e P-LCR . Capacidade de, no mínimo, 60 amostras/hora. Análise de amostras sampler/autoloader automático para amostras. Com aspiração de 25µl a 35µl, ou menos, em tubos abertos ou fechados. Procedimento de limpeza e calibração. Identificação de amostras: alfanumérica, numérica ou sequencial. Limites de pacientes programáveis. | UNID | 01 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | <p>Alarmes patológicos série vermelha série branca e plaquetas. Alarmes para falhas de contagem. Acompanhar impressora. Interface RS 232 incluindo gráficos e matriz. Leitor de código de barras. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante. Garantia mínima de 1 (um) ano. Possibilidade de modo de contagens muito baixas de leucócitos para maior precisão. Possuir Flags ajustáveis de acordo com usuário. Ciclo de inicialização automática. Mínimo de manutenção com apenas um ciclo de desliga. Além de possuir o gerenciamento de controle de qualidade interno com possibilidade de no mínimo 90 arquivos, o equipamento deverá possuir em seu software um programa de controle de qualidade externo em rede (online) e com sistema de revisão com o fabricante e com outros usuários (interlaboratorial) do equipamento, podendo assim atender o item 4.12- RDC 302 / 2005 ANVISA. O equipamento deverá possuir diodo semiconductor como fonte de laser, para baixo consumo de energia elétrica. A Plataforma operacional deverá possuir interface em Windows. Deverá acompanhar Nobreak compatível e impressora. Obrigatório apresentar catálogo descritivo com as especificações e certificado de comprovação emitido pelo CREA de que a empresa vencedora possui assistência técnica em Mato Grosso do Sul com disponibilidade de plantão 24h, para demandas urgentes. Disponibilizar técnico, in loco, para instalação e treinamento dos profissionais, comprovar que existe fornecedor nacional para reabastecimento de reagentes, periféricos e reposição de peças.</p> | | |
| 10 | <p>ANALISADOR AUTOMATICO BIOQUIMICO; Especificações mínimas; com velocidade de pipetagem de no mínimo 60 a 180 testes por hora; Possibilidade de acoplamento de módulo ISE para sódio, potássio e cloro. Mínimo de 26 a 60 posições simultâneas com refrigeração para reagentes, chave de liga e desliga, permitindo desligar o equipamento; Bandeja com no mínimo 8 a 50 posições para tubos primários (12 a 16mm) ou cubetas; Uso de amostras tipo soro, plasma, urina e sangue total, aceitando simultaneamente (sem necessidade de troca) em uma mesma bandeja ou rack. As reações deverão ser através de cubetas descartáveis para operação com química líquida ou através de slides para operação com química seca. Lavagem da Agulha de pipetagem entre as etapas para evitar contaminação. Deve possuir sensor na agulha pipetadora de amostras/reagentes, sensor de fundo de tubo para detecção de nível. que indique com alerta sonoro e em tela, no caso de falta de amostras e ou de falta de reagentes; Ser de acesso randômico para amostras de urgência, mesmo quando houver uma rotina em andamento; Permitir interfaceamento com o software operacional do laboratório, utilizando o leitor interno de código de barras para amostras; Possuir filtros de onda com, pelo menos, 11 comprimentos de onda diferentes, sendo obrigatório abranger o range entre 340 até 800 nm; Identificação através de scanner a laser, com posicionamento automático na bandeja, realizado pelo equipamento, dos frascos de reagentes dedicados, originais do fabricante, por leitura bidimensional do código de barras dos mesmos, sem necessidade de transferência de frascos. Possibilidade de realizar calibração por lote de reagentes. Possibilidade de atualização de valores de novos lotes de calibradores e controles, automaticamente via códigos de barras dos mesmos. Possuir através do software, para cada exame, contador regressivo da quantidade de testes possíveis à realizar por frasco(s) ou conjunto de reagente(s). Controle de qualidade com gráfico de Levey-</p> | UNID | 01 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | Jennings. Possuir impressora térmica interna. Possuir inventário ou histórico de reagentes para rastreabilidade. Possuir computador com tela de trabalho Touch screen. Possibilidade de interfaceamento bidirecional. Voltagem 100 – 240 volts. Sistema fechado, que evite possível contaminação cruzada; O equipamento deverá ser capaz de realizar hemólise automática para o exame de Hemoglobina Glicada (HbA1c), Acessórios quando aplicável: CPU (computador operacional); monitor; Mouse e teclado adequados ao modelo. Possibilidade de interfaceamento bidirecional. Voltagem 100 – 240 volts.Registro vigente junto à ANVISA/MS. Garantia mínima de 1 (um) ano,. A Plataforma operacional deverá possuir interface em Windows. Deverá acompanhar Nobreak compatível e impressora. Obrigatório apresentar catálogo descritivo com as especificações e certificado de comprovação emitido pelo CREA de que a empresa vencedora possui assistência técnica em Mato Grosso do Sul com disponibilidade de plantão 24h, para demandas urgentes. Disponibilizar técnico, in loco, para instalação e treinamento dos profissionais, comprovar que existe fornecedor nacional para reabastecimento de reagentes, periféricos e reposição de peças. | | |
| 11 | CARRO DE EMERGENCIA; Especificações mínimas; estrutura reforçada em tubos quadrados ou redondo, revestido em poliestireno, base em chapa de aço reforçada, para-choque em aço revestido em PVC em toda volta da base, com: - 04 rodas de 05 polegadas ou superior, sendo duas com freios - 03 gavetas sendo 01 com no mínimo 21 divisórias para medicamentos e as demais para uso geral. - Tabua em acrílico para massagem cardíaca. - Sistema para aplicação de lacre de segurança para as gavetas. - Extensão com 03 tomadas contendo cabos com no mínimo 1,50m. - Puxadores laterais em tubos de aço inox. - Tampo em chapa de aço inox. - Gaveta em chapa de aço inox para preparo de injeções. - Suporte giratório para acomodação de desfibrilador e cardioversor (0,42 x 0,42m). - Espaço para acomodação do cilindro de oxigênio. - Coluna com haste de soro regulável. - Acessórios para auxílio a respiração: régua com fluxômetro e umidificador, válvula automática para ventilador e mangueira com válvula reguladora pá oxigênio. Garantia mínima de 1 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Manual de operação e de serviço em português. Registro/Cadastramento no Ministério da Saúde. | UNID | 02 |
| 12 | BISTURI ELETRICO (a partir de 151 w); Especificações mínimas; microprocessador com potência mínima de 300 w, com recursos que permita proteger o paciente contra queimaduras. (corte puro), para realização desde procedimentos simples ate de alta complexidade Tecnologia Microprocessador; Saída do gerador eletro cirúrgico constituído por sistema isolado; Sistema automático de monitoração de impedância de contato entre placa-paciente e paciente, e da continuidade do fio e da conexão da placa-paciente, devendo bloquear o funcionamento em caso de falha e ativar sinalização acústica e visual; Opções de corte: puro e blend com no mínimo três combinações: Corte Puro de: - 300 W Blend1 (duty cycle 50%) - 250 W Blend2 (duty cycle 37,5%) - 200 W Blend3 (duty cycle 25%) - 150 W Coagulação - 120 W Bipolar - 70 W, com a possibilidade de ajuste de potencia em passos de pelo menos 0,5 (meio) watts Faixa de potencia de coagulação que permita uso em laparoscopia; Aacionamento via pedal e manual (caneta) Saída bipolar; Permitir a utilização do mesmo cabo para placas de sistema REM e convencionais; 2 saídas para canetas com | UNID | 02 |

| | | | |
|----|--|------|----|
| | <p>comando manual independentes; Display digital; Ajuste de potencia de forma digital atraves de botões ou de teclas com indicação do valor selecionado; Permitir o acoplamento com coagulador a gás argônio Caneta com comando manual com contatos isolados; Memorização dos níveis de potencia em todos os modos de utilização; Painei blindado a prova d'água e caixa a prova de respingos; Sinalização diferenciada para corte e coagulação; Frequência de operação não inferior aos 390kHz. Acompanha: Carrinho com rodízios para transporte com acomodação segura para o equipamento; 1 pedal duplo impermeável a prova de explosão para acionamento das funções 2 caneta porta eletrodos de comando manual; 2 canetas porta eletrodos de comando simples/pedal com respectivos cabos para ligação; 1 pinça monopolar reta de 20 cm com respectivo cabo de ligação (desconectavel); 1 placa neutra de aço inoxidável para uso adulto com respectivo cabo de ligação (desconectavel); 1 placa neutra de aço inoxidável para uso pediátrico com respectivo cabo de ligação (desconectavel); 10 jogos placas descartáveis divididas uso adulto com respectivo cabo de ligação (desconectavel); 10 jogos placas descartáveis divididas uso pediátrico com respectivo cabo de ligação; 2 jogos de eletrodos para uso geral contendo cada um os seguintes modelos nas dimensões mínimas: 1 eletrodo ponta tipo bola; 1 eletrodo ponta tipo alça; 1 eletrodo ponta faca reta; 1 eletrodo ponta faca curva; 1 eletrodo ponta agulha; Devem ser entregues com o produto todos os cabos, conectores, adaptadores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado; Devem ser entregues os manuais de operação, em português. ALIMENTACAO ELETRICA; Tensão de alimentação do equipamento: Bi Volt automático ou de acordo com tensão da unidade contemplada. Garantia completa com duração mínima de 02 (dois) anos em todo Estado de Mato Grosso do Sul, a contar da data de aceitação do equipamento, entendendo-se por aceitação a etapa que se sucede a entrega do equipamento e que se caracteriza pela realização dos testes preconizados nos manuais de operação e de serviço, comprovando que o equipamento esta operando dentro de suas condições de normalidade. Registro na ANVISA/Ministério da Saúde ou comprovação de que o mesmo é isento de registro/cadastro, quando for o caso.</p> | | |
| 13 | <p>MESA CIRURGICA ELETRICA; Especificações mínimas; Mesa cirúrgica elétrica, para procedimentos cirúrgicos. Características técnicas mínimas: Base fabricada em aço inoxidável ou material superior, com tratamento anti-corrosão, podendo ser revestida em polímero ABS reforçado, aço inoxidável ou material superior. Base móvel com rodízios de no mínimo 3 e no máximo 5 polegadas dotada de sistema de movimentação, fixação e freios motorizados acionados através do painel de controle. Coluna fabricada em aço inoxidável ou material superior, com tratamento anti-corrosão, podendo ser revestida em polímero ABS reforçado, aço inoxidável AISI 304 ou material superior. Chassis: fabricado em aço inoxidável ou material superior, com tratamento anti-corrosão, com sistema que proporcione a blindagem contra líquidos das partes internas. Leito articulável, radiotransparente, dividido no mínimo em 05 secções (cabeça, dorso, assento, renal e perneira retráteis). Régua em aço inoxidável para colocação de acessórios. Capacidade de carga mínima de 220 kg na posição zero. Movimentos motorizados: regulagem de altura a partir de 760 mm ou menor com curso de no mínimo 200mm de elevação,</p> | UNID | 02 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | <p>trendelemburg mínimo de 0 a 20 graus, reverso do trendelemburg mínimo de 0 a 20 graus, lateralidade nas angulações mínimas de 0 a 18 graus, deslocamento longitudinal na faixa mínima de +/-300mm para cada lado e dorso. Os movimentos motorizados deverão ser acionados por painel de controle localizado na coluna da mesa e via controle remoto com cabo espiralado de no mínimo 2m de comprimento. Deve permitir no mínimo as seguintes posições: Renal; semiflexão de perna e coxa; Flexão abdominal; semissentado e sentado. Acessórios mínimos que acompanham o equipamento: 01 arco de narcose; 01 suporte para renal; 01 par de suportes de braço, 01par de porta-coxa, 01 par de suportes laterais, 01 par de ombreiras, 01 jogo de colchonete injetado em Poliuretano, leve e de fácil manipulação, impermeável sem nenhum tipo de costura ou revestimento, biocompatível, não irritante e não alérgico. Bateria interna recarregável. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante. Registro no Ministério da Saúde, Certificados NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-1-2 e NBR IEC 60601-2-46. Garantia mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.</p> | | |
| 14 | <p>VENTILADOR PULMONAR ELETRICO; Especificações mínimas; microprocessador para pacientes neonatais, pediátricos e adultos. Possuir os seguintes modos de ventilação ou modos ventilatórios compatíveis: Ventilação com Volume Controlado; Ventilação com Pressão Controlada; Ventilação Mandatória Intermitente Sincronizada; Ventilação com suporte de pressão; Ventilação com suporte à volume; Ventilação com fluxo contínuo, ciclado a tempo e com pressão limitada, inclusive em SIMV ou modo volume garantido para pacientes neonatais; Terapia de Oxigênio de Alto Fluxo; Ventilação em dois níveis, Ventilação Não Invasiva, inclusive em Neonatal; Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas - CPAP; Ventilação de Back up no mínimo nos modos espontâneos; Com possibilidade de inclusão de modo de ventilação proporcional com sincronismo/ adaptação do paciente-ventilador para uma melhor mecânica respiratória (NAVA, , SmartCare, PAV, ASV, AVA) ao menos para pacientes adultos/pediátricos. Sistema de Controles: Possuir controle e ajuste para pelo menos os parâmetros com as faixas: Pressão controlada de no mínimo até 90cmH2O e pressão de suporte de no mínimo até 60cmH2O; Volume corrente de no mínimo entre 5 a 2000 ml; Frequência respiratória de no mínimo até 100 rpm; Tempo inspiratório de no mínimo entre 0,3 a 5,0 segundos; PEEP de no mínimo até 40 cmH2O; Sensibilidade inspiratória por fluxo de no mínimo entre 0,5 a 2,0 lpm; Ajuste do fluxo para Terapia de Oxigênio de Alto Fluxo de 2 a no mínimo 50 l/min; FiO2 de no mínimo 21 a 100%. Sistema de Monitorização: Tela colorida de no mínimo 12 polegadas touch-screen, botão rotacional para ajuste de programação dos parâmetros: Monitoração de volume por sensor proximal ou distal para pacientes neonatal e distal para pacientes adultos; Principais parâmetros monitorados: Volume corrente exalado, Volume corrente inspirado, pressão de pico, pressão de platô, PEEP, PEEP total, pressão média de vias aéreas, frequência respiratória total e espontânea, Tempo inspiratório, Tempo expiratório, FiO2 com monitoração por sensor paramagnético ou ultrassônico ou galvânico, relação I:E,pico de fluxo inspiratório, volume minuto expirado, constante de tempo expiratório, índice de stress e volume expiratório. Cálculos automáticos de mecânica: resistência, complacência, pressão de oclusão e auto PEEP. Apresentação de curvas pressão x</p> | UNID | 02 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | tempo, fluxo x tempo, volume x tempo, loops pressão x volume, fluxo x volume e fluxo/pressão; apresentação de gráficos com as tendências. Sistema de Alarmes com pelo menos: Alarmes de alta e baixa pressão inspiratória, alto e baixo volume minuto, frequência respiratória, alta/baixa FIO2, apneia, pressão de O2 baixa, pressão de ar baixa, falha no fornecimento de gás, falta de energia, baixa carga da bateria e para ventilador sem condição para funcionar, ou similar. Recurso de nebulização incorporado ao equipamento sem alteração da FIO2 ajustada; Tecla para pausa manual inspiratória e expiratória. Armazenar na memória os últimos parâmetros ajustados; Bateria interna recarregável com autonomia de no mínimo 30 minutos. O Ventilador deverá continuar ventilando o paciente mesmo com a falta de um dos gases em caso de emergência e alarmar indicando o gás faltante. Acompanhar no mínimo os acessórios: Umidificador aquecido, Jarra Térmica, Braço articulado, Pedestal com rodízios, Circuito paciente pediátrico/adulto, Circuito paciente neonatal/pediátrico, válvula de exalação, Mangueiras para conexão de oxigênio e ar comprimido. Compatível com protocolo de comunicação HL7. Software em Língua Portuguesa. Atendimento às normas: NBR IEC 60601-1; NBR IEC 60601-1-2; Grau de proteção IP21. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante. Garantia mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Registro na ANVISA/Ministério da saúde. | | |
| 15 | FOCO CIRURGICO DE SOLO MOVEL; Especificações mínimas; Foco cirúrgico portátil composto por base móvel com rodízio e cúpulas. TIPO; SISTEMA DE EMERGÊNCIA E BATERIA: LED de no mínimo de 81.000 A 130.000 LUX com 03 bulbos, Tensão 115 – 127 / 220 – 230 V 50/60 HZ;- Potencia mínima de 250 VA;- Fusível 5 x 20 mm T 3 , 15 A 250 V (IEC 60127);- Alimentação bivolt automático 127/220 V+-10% 50/60 Hz;- Sistema de iluminação com lâmpadas e iminência de no mínimo 81.000 a 130.000 Lux cada;- Vida útil mínima esperada para as lâmpadas de 5.000 horas. Garantia mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Registro na ANVISA/Ministério da saúde | UNID | 04 |
| 16 | BIOMBO; Especificações mínimas; Biombo de 03 panos, Divisória Móvel, Divisória de Ambientes material de confecção; armação em aço, pintura atiferrugem, pês com rodízio, acompanhado de 03 (três) panos, fechamento em plástico impermeável resistente e / ou pano de brim cru, dobrável para ambos os lados com eixos giratórios, dimensões 1750 x 1800 mm, podendo variar +/- 5cm para mais ou menos, na cor padrão da Unidade. Garantia mínima de 01 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul. Registro na ANVISA/Ministério da saúde. | UNID | 25 |
| 17 | ARMARIO DO TIPO VITRINE; Especificações mínimas; ARMARIO, vitrine, uso hospitalar, 02 portas laterais em vidro com fechadura tipo yale, 04 prateleiras internas em vidro, com espessura de 3mm, estrutura em chapa de aço pintado na cor branca, dimensões não inferiores a 1,60 x 0,70 x 0,35m. Garantia mínima de 1 (um) ano. Manual de operação e de serviço em português. | UNID | 20 |
| 18 | POLTRONA HOSPITALAR; Especificações mínimas; Poltrona courvin Hospitalar para Acompanhante, reclinável, cor: azul hospitalar, componentes: caracteríscaas adicionais: apoio para pés acoplado a poltrona, acabamento: assento, encosto, pés e braços estofados, largura mínima de 74 cm, profundidade mínima de 74, estrutura: aço tubular pintado, aplicação: hospitalar, capacidade mínima entre 121 á 180 KG, | UNID | 25 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | Garantia mínima de 1 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. | | |
| 19 | BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO; Especificações mínimas; Berço para recém-nascido com cuna de uso hospitalar, com cesto removível em acrílico, montado em armação tubular fixa de aço inoxidável; possuir prateleira de aço inoxidável; possuir rodízios, com freios em no mínimo duas rodas; deve acompanhar colchão em espuma revestido de material atóxico; permitir o movimento trendelenburg e proclive com acionamento manual; o berço deve ter mínimos 70 cm de comprimento, 40 cm de largura e 80 cm de altura, com o cesto. ACESSÓRIO Devem ser entregues com o produto todos os cabos, conectores, adaptadores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado; Devem ser entregues os manuais de operação, em português. GARANTIA Deve ser apresentada o Certificado de Garantia completa com duração mínima de 01 (um) anos em todo Estado de Mato Grosso do Sul, a contar da data de aceitação do equipamento, registro na ANVISA/Ministério da Saúde . | UNID | 10 |
| 20 | ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELETRICO MOVEL; Especificações mínimas; Aspirador móvel, utilizado nos procedimentos de aspirar secreção, FLUXO DE ASPIRAÇÃO; frasco coletor graduado de no mínimo 5 litros, capacidade de sucção com regulagem de 0 a 20 polHg através de registro apropriado, extensão de plástico transparente de 1,5 m de comprimento jogo de 3 (três) cânulas, SUPORTE; com gabinete em material plástico resistente o chapa de aço com acabamento em pintura eletrostática ou similar, com alça para transporte, rodízios giratórios reforçados, ALIMENTAÇÃO ELETRICA; bivolt, GRAU DE PROTEÇÃO; dispositivo duplo de proteção contra extravasamento, válvula de segurança, motor-bomba silencioso, isento de óleo, com sistema de pistão auto lubrificado ou paletas rotativas, regulador de vácuo, vacuômetro, sistema de sucção não hermético, chave liga-desliga, aspiração regulável de 20 á 30lpm, acompanhado do manual de instrução em português, registro na ANVISA/Ministério da Saúde, Garantia mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Registro na ANVISA/Ministério da saúde. | UNID | 01 |
| 21 | BERÇO AQUECIDO; Especificações mínimas; Berço para acomodação de recém-nascido, aquecido por sistema de calor irradiante para proporcionar conforto térmico. Equipamento com sistema de aquecimento de calor irradiante por elemento aquecedor localizado na parte superior do berço. Possuir giro bilateral no plano horizontal para posicionamento do aparelho de raios X; possuir bandeja para alojamento do filme radiográfico. Leito do recém-nascido construído em material plástico radiotransparente com laterais rebatíveis e/ou removíveis para facilitar o acesso ao paciente, ajustes manuais do leito nas inclinações mínimas de Trendelenburg e Próclive; colchão de espuma de densidade adequada ao leito do paciente em material atóxico e autoclavável, com revestimento removível e antialérgico nas dimensões do berço. Estrutura em aço pintado em tinta epóxi ou similar, mobilidade através de rodízios com freios e para-choque. Display a LED ou LCD para indicação de temperatura e potência desejada; memória para retenção dos valores programados. Sistema de controle microprocessado, com modo de operação servo controlado através de sensor ligado ao RN e manual; relógio Apagar incorporado; alarmes audiovisuais intermitentes para visualização de no mínimo: falta de energia; falha na resistência de aquecimento; falta de sensor ou desalojamento do | UNID | 02 |

| | | | |
|----|--|------|----|
| | sensor no paciente. Deverá acompanhar o equipamento no mínimo: Bandeja sob o leito para armazenamento de materiais diversos e haste para suporte de soro. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante. Acompanhado do manual de instrução em português, registro na ANVISA/Ministério da Saúde, Garantia mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. | | |
| 22 | <p>OXIMETRO DE PULSO; Especificações mínimas; modelo de mesa, com curva plestimografia, para monitorização não invasiva de saturação de oxigênio, para uso em pacientes: neonatal, pediátrico e adulto. Com as seguintes características mínimas: - Apresentação de no mínimo os seguintes parâmetros: saturação de oxigênio, frequência cardíaca e pletismograma; - Com tela do tipo LCD matriz ativa, retro iluminado ou outro de fácil visibilidade; - Saturação de oxigênio apresentada de forma a abranger a faixa de 40% a 100%; - Saturação de oxigênio com precisão de $\pm 2\%$, ou melhor, dentro da faixa de 80% a 100%; - Deve possuir um tempo de resposta de no máximo 10 segundos; - Deve possuir alarmes audiovisuais, com limites ajustáveis, para alta e baixa saturação de oxigênio e alta e baixa frequência cardíaca; - Beep pulse com ajuste de volume ou desligado; - Deve possuir alarme audiovisual para: desconexão ou falha do sensor, baixa carga de bateria; - Memória para acompanhar tendências dos parâmetros no mínimo de 12 horas; - Deve possuir bateria seleção automática de alimentação por bateria no caso de falha da linha de força; - Deve possuir indicação visual do tipo de alimentação em uso: se linha de força ou bateria; ACESSORIOS - 3 (três) cabos sensores completos, reutilizáveis, sendo: 01 (um) para paciente adulto, 01 (um) para paciente pediátrico e 01 (um) para paciente neonatal; - Cada sensor deve ter comprimento de aproximadamente 3 metros (+/- 20%) ou acompanhar extensor; Devem ser entregues com o produto todos os cabos, conectores, adaptadores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado; Devem ser entregues os manuais de operação, em português. ALIMENTACAO ELETRICA Tensão de alimentação do equipamento: BiVolt automático ou de acordo com tensão da unidade contemplada. GARANTIA de mínima de 01 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul, a contar da data de aceitação do equipamento. REGISTRO NA ANVISA/Ministério da Saúde.</p> | UNID | 02 |
| 23 | <p>AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESAS: Especificações mínimas; Autoclave, horizontal, de bancada, uso laboratorial, capacidade mínima para 25 litros, 3 ciclos de esterilização (121°C-30min / 132°C-20min / 134°C-10min), todos com 10 minutos de secagem, tecla de secagem extra (+10min), monitoramento no controle da temperatura através de uma termo resistência Pt-100, câmara em aço inoxidável aisi 304, possui bandejas em aço inoxidável aisi 304, totalmente perfuradas, tampa em aço inoxidável aisi 304 fundido, com anel de vedação em borracha de silicone, dispositivo que impede o funcionamento do equipamento com a tampa aberta, resistência em níquel-cromo, blindada em tubo de aço inoxidável. Reservatório externo: 4,0 litros, com reaproveitamento da água, painel de controle: possui chave on/off, manômetro, display indicativo de tempo e temperatura e teclas de abastecimento, seleção dos ciclos, secagem extra e Start/stop. sistema eletrônico de segurança, temperatura programada. Embalagem contendo dados do produto, marca do fabricante. Garantia mínima de 1 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul. Manual de</p> | UNID | 02 |

| | | | |
|----|--|------|----|
| | instruções. Registro na ANVISA/Ministério da saúde. | | |
| 24 | <p>AUTOCLAVE HOSPITALAR: Especificações mínimas; AUTOCLAVE, hospitalar, Câmara interna de no mínimo 140 litros; Autoclave do tipo horizontal; Seção quadrada ou retangular, com isolamento térmica; Câmara externa e interna confeccionadas em aço inox AISI 316L ou superior, com garantia de 05 (cinco) anos para a câmara interna de esterilização; Estrutura de sustentação em aço Inox AISI 304 ou superior; Revestimento externo em inox AISI 304 escovada ou superior; Tubulações e conexões do conjunto hidráulico devem ser de aço inoxidável AISI 316L ou superior; Possuir Gerador de Vapor confeccionado em Aço Inoxidável AISI 316L ou superior, com isolamento térmico, controle automático de nível de água através de sensor(es) de nível eletrônico tipo eletrodos (sonda), sem a necessidade de utilização de boia; Resistência elétrica blindada flangeada confeccionada em Aço Inoxidável AISI 316L ou superior; Válvula de segurança em aço inoxidável 316 ou superior; Deve possuir válvulas de acionamentos pneumáticos e fabricadas em aço Inoxidável AISI-316L; A espessura da chapa da câmara interna não deve ser menor que 6 (seis) milímetros; A câmara não deverá possuir vincos internos e trilhos a fim de evitar impregnação de resíduos; Deve possuir 2 (duas) portas, confeccionada em aço Inox AISI 316L ou superior; Fechamento das portas realizado por meio de elevação vertical/guilhotina automático, sem a necessidade do uso de correntes e sistema de contrapeso, com sistema de segurança antiesmagamento por pressão (através de válvulas de alívio); Possuir bomba de vácuo de anel líquido com duplo estágio, capaz de atingir valores abaixo de 53 mmHg e bomba centrífuga de água com capacidade suficiente para o gerador de vapor; Sensor de condutividade da água de entrada no gerador de vapor; Sistema detector de gases não condensáveis na câmara interna; Possuir Botão de Emergência no painel do equipamento; Possuir Sistema de Segurança que mantém as portas fechadas em casos de falta de energia durante o processo de esterilização; Função stand-by, para desligar os principais dispositivos de consumo de água e energia quando o equipamento não estiver sendo utilizado; Monitor tipo Touch Screen colorido de no mínimo 7" (sete) polegadas para visualização dos ciclos programados, manômetro e mano vacuômetro; Impressora matricial embutida no painel para registro do processo; Tensão de alimentação definida pelo órgão de 380V Trifásico; A potência total de consumo não deverá exceder 29KW.</p> <p>Deve ter programas específicos para instrumentos, tecidos, borrachas, ciclo flash, ciclo teste Bowie & Dick e ciclo teste de hermeticidade; Permitir programação de ciclos abertos e totalmente configuráveis, mínimo 20 (vinte), os ciclos devem ser abertos, porém acessados através de senhas de acesso pelo usuário; Quantidade total de programações de no mínimo 25 programas; A câmara deverá possuir 2 (dois) entradas para validação conforme EN 285:2016, sendo uma entrada de 1" para transdutores de temperatura e outra de ½" para transdutores de pressão; Deve acompanhar no mínimo 2 (dois) carros externo compatível com o equipamento para carga e descarga construídos em aço inoxidável, 1 (um) carro interno para acomodação dos materiais compatível com o equipamento construídos em aço inoxidável, com cestos para uma carga completa do equipamento construídos em aço inoxidável, 1 (um) sistema de purificador de água por osmose, compatível com a capacidade da autoclave; Os vasos de pressão deverão ser acompanhados de todos os documentos de fabricação, tais como, certificados dos aços, certificados dos arames de solda, laudo do teste hidrostático, laudo do teste das soldas, certificado de qualificação do profissional de soldagem. A empresa deverá entregar junto com a proposta, índice remissivo baseado no manual</p> | UNID | 01 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | <p>registrado na ANVISA, catálogo com figuras e descritivo do equipamento em questão, incluindo a lista de acessórios integrantes. Identificar na proposta a ser encaminhada, sobre cada item solicitado, o número da página que se encontra o item no manual registrado na ANVISA e a Potência total do equipamento, considerando todos os dispositivos presentes, expressa em kW (quilowatts). Garantia mínima de 01 (um) ano Estado de Mato Grosso do Sul. A empresa deverá fornecer sem ônus, o treinamento de operação aos funcionários do Hospital e Treinamento básico para o primeiro atendimento da Engenharia. Dados da assistência técnica da região em que o equipamento está sendo ofertado. Referência da base instalada na região, devendo constar informação da instituição. Manual Operacional em português. A assistência técnica, manutenção e reposição de peças inclusive os itens de que devem ser substituídos na manutenção preventiva, segundo o fabricante, deverão ser realizadas no local onde o equipamento estiver instalado, sendo que os chamados de assistência técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da notificação, ou se necessário ser retirado, deverá ser substituído no prazo máximo de 72 (setenta e duas) com as mesmas características técnicas dos equipamentos entregues inicialmente. Deverá acompanhar: 2 guarnições de porta, 2 filtros bacteriológicos, 12 fitas de impressora e 60 rolos de papel para impressora matricial, 2 membranas para osmose reversa, 12 filtros de PP e 12 filtros de carvão.</p> | | |
| 25 | <p>CARRO MACA SIMPLES; Especificações mínimas; carro, maca, hospitalar para transporte de pacientes, com no mínimo 3 (três) manivelas; carro e leito com estruturas em aço inoxidável, com as seguintes características mínimas: suporte para soro em aço inoxidável com no mínimo 2 (dois) ganchos; leito com estofado (colchonete) removível, incluso; grades laterais de abaixar ou removíveis em ambos os lados; possuir para-choque; cabeceira regulável (movimento dorso) por manivela escamoteavel; movimento fawler (pernas) por manivela escamoteavel; regulagem de altura do leito através de manivela escamoteavel; 4 (quatro) rodízios giratórios, sendo no mínimo 2 (dois) rodízios com sistema de freio; largura mínima de 55 centímetros; comprimento mínimo de 190 centímetros; capacidade de carga mínima de 150Kg e garantia mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, Registro na ANVISA / Ministério da Saúde.</p> | UNID | 16 |
| 26 | <p>CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER ELETRICA; Especificações mínimas; Cama com movimentos fawler (deve possuir motores elétricos) para acomodação de pacientes pediátrico, adulto e obeso. Estrutura em tubo de aço com tratamento antioxidante e acabamento com pintura em epóxi pó ou material superior. Movimentos Mínimos: Cabeceira, Fowler, Trendelemburg, Reverso do Trendelemburg, Cardíaco, Elevação de Altura. Grades laterais articuláveis e fabricadas em polietileno ou material compatível. Acionamento através de controle remoto a fio ou teclado de membrana localizado nas grades/peseira. Cabeceira e peseira removíveis fabricadas em polietileno ou material compatível. Rodízios de no mínimo 4 polegadas de diâmetro, totalmente em material plástico com pelo menos 1 freio. Capacidade de carga de no mínimo 180 kg. Acompanha colchão compatível, mínimo densidade 28. Alimentação elétrica bi volts, garantia mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, Registro</p> | UNID | 25 |

| | | | |
|----|--|------|----|
| | na ANVISA / Ministério da Saúde. | | |
| 27 | <p>MONITOR MULTIPARAMETROS; Especificações mínimas; de cabeceira, tela de no mínimo 10 á 12 polegadas, com ECG, Respiração, Temperatura (dois canais), oximetria de Pulso, pressão não Invasiva, Pressão Invasiva (dois canais), possibilidade de expansão para debito cardíaco, capnografia e monitoração de gases anestésicos. - Deve ser composto de tela de resolução mínima de 1024x768 pontos, com display colorido, tela plana, LCD de matriz ativa ou TFT de alto contraste, ampla visibilidade, com capacidade de apresentar simultaneamente no mínimo 6 (seis) curvas e todos os dados alfanuméricos disponíveis; - Cada monitor multiparametrico deve ter capacidade de monitorar e processar no mínimo 10 (dez) parâmetros, armazenando-os por no mínimo 24 horas e apresenta-los em forma de curvas de tendência com resolução de pelo menos 1 (um) minuto; - Devera possuir interface de rede, com capacidade de interconectar-se via rede local a uma central de monitoração; - O modelo ofertado deve ser modular, de forma a permitir a troca, inserção, retirada de módulos pelo usuário; - Deve ter possibilidade de seleção do tipo de paciente: adulto, pediátrico e neonatal, com indicação na tela; - Possuir Alarmes audiovisuais; - Deve armazenar na memoria as faixas de alarme selecionadas mesmo apos desligar o equipamento; - Deve possuir rotinas de auto teste e calibração; - Apresentar os menus e mensagens em português (Brasil); - O monitor deve suportar descarga de desfibrilador e apresentar rápida recuperação; - Bateria recarregável com autonomia mínima de 60 minutos. - Os parâmetros pre-configurados ou modulares que devem acompanhar cada monitor deve permitir as seguintes monitorações: ECG, Respiração, Temperatura (dois canais), oximetria de Pulso, Pressão não Invasiva, Pressão Invasiva (dois canais). - O monitor deve possuir compatibilidade com módulos de capnografia, debito cardíaco e monitoração de gases anestésicos, para eventuais expansões futuras, de forma que seja possível acrescentar essas funções ao monitor somente encaixando os módulos. Deve possuir espaço para encaixe de dois modulo. Caso seja necessário rack para expansão para comportar os modulo adicionais, o rack deve ser entregue junto com o equipamento. - 1 - ECG e Respiração Compatibilidade mínima com cabos de 3 e 5 vias; Derivações selecionáveis: I, II, III, aVR, aVL, aVF e V; Aviso de falha no contato dos eletrodos; Detecção de marca-passo; Proteção para desfibrilação e eletro cirurgia; Ajuste de ganho (mV); Velocidades de varredura ajustáveis mínimas de 25 a 50 mm/segundo; Faixa de medição com indicação no display de menor ou igual a 30 BPM ate valores maiores ou iguais a 250 BPM com erro máximo não superior a mais ou menos 5 BPM; Frequência respiratória com indicação no display na faixa cujo limite inferior seja 6 (seis) rpm (respiração por minuto) e cujo limite superior seja no mínimo 140 (cento e quarenta) rpm, incluindo-se nesta faixa os dois extremos; Possibilidade de leitura da frequência cardíaca atraves dos eletrodos de ECG ou do sensor de oximetria; - 2 - Monitoração da temperatura, com no mínimo dois canais, com sensores apropriados para a medição de temperatura cutânea, retal e esofágica. A resolução de pelo menos 0,1 graus C e o intervalo de temperatura de pelo menos 15 a 45 graus C. Com alarmes para alta e baixa temperatura ajustáveis. - 3 - Monitoração continua de Oximetria de Pulso (SPO2), com resolução menor</p> | UNID | 01 |

| | | | |
|----|--|------|----|
| | <p>ou igual a 2,5% na oximetria para saturação de 70 a 100% e menor ou igual a 2 BPM na taxa de batimentos cardíacos na faixa de 30 a 250 BPM, com apresentação de curva pletimosgráfica. - 4 - Monitoração de Pressão não Invasiva Adulto (PNI) pelo método oscilométrico, com intervalos de medições programados pelo usuário; Monitoração de pressão configurável para pacientes adulto, pediátrico e neonatal; Medição de pressão diastólica, sistólica e media com indicação no display dos valores lidos com respectiva unidade de medida (mmHg); Faixa de leitura dentro dos limites de 30 a 250mm Hg; Alarmes para alta ou baixa pressão. - 5 - Monitoração de Pressão Invasiva (PI) deve apresentar pelo menos dois canais de pressão invasiva; deve permitir a medição de pressão diastólica, sistólica, media e venosa com indicação no display dos valores lidos; faixa de leitura no display dentro dos limites de menor ou igual a -10 a maior ou igual a 250 mmHg com precisão de +- 2mm Hg. As curvas e os valores das pressões deverão apresentar configurações gráficas distintas na tela, para os diferentes tipos de pressão, de maneira a permitir diferenciação visual entre elas. Cada monitor deve vir acompanhado dos seguintes acessórios: A - 01 (um) cabo paciente 5 vias com rabicho B - 03 (três) sensores reutilizáveis de oximetria de pulso, sendo 01 (um) adulto, 01 (um) pediátrico e 01 (um) neonatal; C - 01 (um) sensor de temperatura esofágico / retal reutilizável; D - 02 (dois) sensores de temperatura de superfície reutilizáveis; E - 04 (quatro) manguitos reutilizáveis em material antialérgico para paciente neonatal; F - 03 (três) manguitos reutilizáveis em material antialérgico para paciente pediátrico; G - 02 (dois) manguitos reutilizáveis em material antialérgico (em dois tamanhos diferentes) para paciente adulto; H - 02 (dois) transdutores de pressão invasiva; I - 02 (dois) cabos de pressão invasiva; J - 01 (um) suporte para os transdutores de pressão invasiva; K - Cabo de alimentação; L - Suporte de parede para fixação dos monitores com acabamento resistente (tipo tinta eletrostática ou epóxi); M - O fornecedor devesse ceder as Licenças dos softwares instalados nos equipamentos, se for o caso; Devem ser entregues com o produto todos os cabos, conectores, adaptadores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado; Devem ser entregues os manuais de operação, em português. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: Tensão de alimentação do equipamento: Bi Volt automático ou de acordo com tensão da unidade contemplada. GARANTIA: Garantia completa com duração mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul a contar da data de aceitação do equipamento, entendendo-se por aceitação a etapa que se sucede a entrega do equipamento e que se caracteriza pela realização dos testes preconizados nos manuais de operação, comprovando que o equipamento está operando dentro de suas condições de normalidade. REGISTRO NA ANVISA/Ministério da Saúde ou comprovação de que o mesmo é isento de registro/cadastro, quando for o caso.</p> | | |
| 28 | <p>OTOSCÓPIO DE SISTEMA ABERTO; Especificação mínima; Equipamento destinado para a visualização, acesso e iluminação do condutor auditivo em pequenos procedimentos. Otoscópio cirúrgico com iluminação de no mínimo 2,5V, composto por fibra óptica garantindo a transmissão de luz fria, sistema aberto para facilitar os procedimentos, lentes e espelhos giratórios. Deve acompanhar no mínimo 05 espelhos auriculares de tamanhos variados (2, 3, 4, 5 e 9 mm) e 01 cabo</p> | UNID | 02 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | <p>recarregável; Deve controle de intensidade de iluminação. Garantia completa com duração mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul a contar da data de aceitação do equipamento, entendendo-se por aceitação a etapa que se sucede a entrega do equipamento e que se caracteriza pela realização dos testes preconizados nos manuais de operação, comprovando que o equipamento esta operando dentro de suas condições de normalidade. Registro na ANVISA/Ministério da Saúde ou comprovação de que o mesmo e isento de registro/cadastro, quando for o caso.</p> | | |
| 29 | <p>APARELHO DE ANESTESIA; Especificações mínimas; Equipamento destinado à administração e mistura de gases com vapores anestésicos ao paciente, através de respiração espontânea, controlada, manualmente ou mecanicamente, sendo constituído de seção de fluxo contínuo (incluindo vaporizador), sistema respiratório e respirador. Equipamento microprocessado para atender pacientes neonatais, pediátricos, adultos e obesos mórbidos. Estrutura em material não oxidante; Com prateleira para suporte de monitores; Gavetas, sendo pelo menos uma com chave, e mesa de trabalho; Com rodízios giratórios, sendo no mínimo 02 com travas. Com sistema de autoteste ao ligar o equipamento com detecções de erros, falhas de funcionamento, etc. Com sensor de fluxo único universal para pacientes adultos a neonatos; Com possibilidade do uso de sensor de fluxo autoclavável. Válvulas para controle de fluxo e pressão com sistema de segurança para proteger o paciente de pressão e fluxos inadequados. Rotâmetro composto por fluxômetro com escalas para alto e baixo fluxo de pelo menos para oxigênio (O2) e óxido nitroso (N2O), podendo ser uma única para ar comprimido ou com monitoração digital com entrada para oxigênio (O2), ar comprimido e óxido nitroso (N2O). Sistema de segurança para interromper automaticamente o fluxo de N2O, na ausência de O2; Vaporizador do tipo calibrado de engate rápido, permitir acoplamento de 02 vaporizadores e com sistema de segurança para o agente selecionado. Sistema de circuito paciente de rápida montagem e desmontagem pelo operador e passível de esterilização; Traquéias, válvulas, circuitos respiratórios, canister e sistema de entrega de volume, autoclaváveis; Canister para armazenagem de cal sodada; Possibilidade de sistema de exaustão de gases; Válvula APL graduada; Ventilador eletrônico microprocessado, com display LCD com tela colorida. Modos Ventilatórios mínimos: Ventilação manual; Ventilação com respiração espontânea sem resistência do ventilador; Ventilação controlada a volume e ciclada a tempo (VCV); Ventilação controlada a pressão e ciclada a tempo (PCV); Ventilação mandatória intermitente sincronizada (SIMV), Pressão de Suporte (PS). Controles Ventilatórios mínimos: Volume corrente; Pressão; Frequência respiratória; Relação I:E; Pausa inspiratória; Peep. Alarmes de alta e baixa pressão de vias aéreas; Apnéia; Volume minuto alto e baixo; Alto e baixo FiO2; Falha de energia elétrica. Monitoração numérica de pressão de pico, média, peep e gráfica da pressão das vias aéreas; Monitoração de frequência respiratória, volume corrente, volume minuto e fração inspiratória. Alimentação elétrica bivolt automático e bateria interna com autonomia de pelo menos 30 minutos. Deverá acompanhar o equipamento, no mínimo: 02 circuitos para pacientes, sendo 01 tamanho adulto e 01 tamanho infantil, autoclaváveis. 01 balão para ventilação manual adulto, 01 balão para ventilação manual infantil. 01 vaporizador</p> | UNID | 01 |

| | | | |
|-----------|--|-------------|-----------|
| | <p>calibrado de Sevoflurano; 04 sensores de fluxo; 03 mangueiras de no mínimo 4,5 metros, sendo uma para oxigênio, uma para óxido nitroso e uma para ar comprimido e demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento. Garantia completa com duração mínima de 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul a contar da data de aceitação do equipamento, entendendo-se por aceitação a etapa que se sucede a entrega do equipamento e que se caracteriza pela realização dos testes preconizados nos manuais de operação, comprovando que o equipamento esta operando dentro de suas condições de normalidade. Registro na ANVISA/Ministério da Saúde ou comprovação de que o mesmo e isento de registro/cadastro, quando for o caso. A instalação do equipamento e de responsabilidade da contratada.</p> | | |
| 30 | <p>APARELHO DE RAIOS-X MÓVEL; Especificação mínima; com detectores sem fio (WIRELESS) Aparelho de raios X móvel digital com deslocamento motorizado e sistema digital integrado. Disparos de raios X e deslocamentos através de baterias internas, permitindo a realização de radiografias em leitos, unidade neonatal, emergência entre outros. Coluna retrátil contrabalançada com braço telescópico, montado sobre quatro rodízios, equipado com painéis digitais sem fio (FPD wireless), ajuste independente de kV e mAs, display digital com indicação de kV e mAs, no mínimo. Disparador de duplo estágio (preparo e disparo) com cabo espiralado de três metros ou mais e também controle remoto sem fio para disparo dos raios X. Rotação da coluna do tubo de +/-225° ou maior. Rotação do tubo/colimador de $\pm 90^\circ$ ou maior. Altura do aparelho em posição de transporte: 138 cm ou menor. Máximo SID do chão: maior ou igual a 2020 mm. Mínimo SID do chão: menor ou igual a 683 mm. Alcance do braço do tubo: maior ou igual a 1110 mm. Cabo de alimentação retrátil para conexão em tomada comum (20 Ampères, 2P+T) com no mínimo 2,5 metros. Possuir alimentação: 220 v/60hz. Possuir gerador micro processado de alta frequência com potência igual ou superior a 30kw. Faixa de ajuste de tensão do tubo de 40 a 130 kV ou faixa maior. Corrente radiográfica igual ou superior a 200 mA. Faixa de variação de mAs: 0,5 mAs a 300 mAs ou faixa maior em 40 passos ou mais. Tempo mínimo de exposição de 1,0 ms ou menor. Capacidade de memorização de 200 programas anatômicos ou mais. Tubo de raios X com anodo giratório e velocidade de rotação de no mínimo 3.000 RPM ou superior. Capacidade calórica do ânodo de 106 kHU ou maior. Duplo foco: com foco fino menor ou igual que 0,8 mm e grosso menor ou igual a 1,5 mm. O colimador deve possuir luz indicadora de LED do campo de irradiação, temporizador da lâmpada com desligamento automático após 30s e lâminas de chumbo com ajustes manuais para colimação do feixe de raios X. Exibição de dose de radiação aplicada ao paciente. O campo de radiação deverá cobrir a área de 35 x 43 cm a 1,0 m de distância, foco-FPD. Detector de painel plano sem fio (FPD WIRELESS) Detector de painel plano sem fio para adultos e geral, de tamanho aproximado de 34 x 42 cm com matriz ativa mínima de 2500 x 3000 pixels, ou melhor, tamanho do pixel menor que 148 μm, resolução de 16 bits ou mais, Cintilador (Csl) Iodeto de Césio, Conversão (a-Si) Silício Amorfo, capacidade de carga máxima do painel de 150 kg ou maior quando distribuído sobre toda superfície, peso do painel de no máximo 3,5 kg com bateria. Grau de proteção IP43 ou superior. Sistema ou mecanismo antifurto dos painéis digitais. Monitor de LCD de 15</p> | UNID | 01 |

| | | | |
|----|--|------|----|
| | <p>polegadas ou maior integrado na unidade principal e com tela sensível ao toque que permita a visualização da imagem após a exposição. Visualização da imagem em 5 segundos ou menos após menos após exposição. O sistema de imagens deve realizar ajuste de brilho e contraste, ampliação (zoom), realce de bordas, medidas de distância e ângulo, medidas de ROI com indicação mínima do valor médio de pixel, área e desvio padrão, indicação da dose de radiação. Capacidade de armazenamento de 2.000 (dois mil) imagens ou mais no disco rígido (SSD ou HD). Possuir DICOM MWL 3.0 ativados, MPPS, RDSR, Print Store, Storage Commit. Sistema de autenticação do usuário através de login e senha ou cartão de identificação (RFID). Peso máximo da unidade: 595 Kg. Adesivos decorativos. Equipamento deve possuir registro único na ANVISA. Instalação e capacitação dos profissionais de saúde, sobre responsabilidade do fornecedor. Garantia completa com duração de no mínimo 01 (um) ano em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, a contar da data de aceitação do equipamento, entendendo-se por aceitação a etapa que se sucede a entrega do equipamento e que se caracteriza pela realização dos testes preconizados nos manuais de operação, comprovando que o equipamento esta operando dentro de suas condições de normalidade. A instalação do equipamento e de responsabilidade da contratada.</p> | | |
| 31 | <p>MONITOR MULTIPARAMETRO PARA CENTRO CIRURGICO; Especificações mínimas; de cabeceira, 12 polegadas, completo, com capnografia, pressão invasiva, temperatura, ecg - Deve ser composto de tela de resolução mínima de 800x600 pixels, com display colorido, tela plana, LED, tamanho mínimo 12 polegadas, ampla visibilidade, com capacidade de apresentar simultaneamente no mínimo 6 (seis) curvas e todos os dados alfanuméricos disponíveis; - Cada monitor multiparametrico deve ter capacidade de monitorar e processar no mínimo 6 (seis) parâmetros, armazenando-os por no mínimo 24 horas e apresenta-los em forma de curvas de tendência com resolução de pelo menos 4 (quatro) minutos; - Devera possuir interface de rede, com capacidade de interconectar-se via rede local a uma central de monitoração; - Deve ter possibilidade de seleção do tipo de paciente: adulto, pediátrico e neonatal, com indicação na tela; - Possuir Alarmes audiovisuais; - Deve armazenar na memoria as faixas de alarme selecionadas mesmo apos desligar o equipamento; - Deve possuir rotinas de auto teste e calibração; - Apresentar os menus e mensagens em português (Brasil); - O monitor deve suportar descarga de desfibrilador e apresentar rápida recuperação; - Os parâmetros pre-configurados que devem acompanhar cada monitor deve permitir as seguintes monitorações: ECG, Respiração, Temperatura, Oximetria de pulso, Pressão Não Invasiva, Capnografia e pressão invasiva. - 1 - ECG e Respiração Compatibilidade mínima com cabos de 3 e 5 vias; Derivações selecionáveis: I, II, III, aVR, aVL, aVF e V; - Aviso de falha no contato dos eletrodos; - Detecção de marca-passo; - Proteção para desfibrilação e eletrocirurgia; Ajuste de ganho (mV); - Velocidades de varredura ajustáveis mínimas de 25 a 50 mm/segundo; Faixa de medição com indicação no display de menor ou igual a 30 BPM ate valores maiores ou iguais a 250 BPM com erro máximo não superior a mais ou menos 5 BPM; - Frequência respiratória com indicação no display na faixa cujo limite inferior seja 6 (seis) rpm (respiração por minuto) e cujo limite superior seja</p> | UNID | 03 |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>no mínimo 120 (cento e cinquenta e cinco) rpm, incluindo-se nesta faixa os dois extremos; - Possibilidade de leitura da frequência cardíaca através dos eletrodos de ECG ou do sensor de oximetria; - 2 - Monitoração da temperatura, com no mínimo dois canais, com sensores apropriados para a medição de temperatura cutânea, retal e esofágica. A resolução de pelo menos 0,1 graus C e o intervalo de temperatura de pelo menos 15 a 45 graus C. Com alarmes para alta e baixa temperatura ajustáveis. - 3 - Monitoração contínua de Oximetria de Pulso (SPO2), com resolução menor ou igual a 2,5% na oximetria para saturação de 70 a 100% e menor ou igual a 2 BPM na taxa de batimentos cardíacos na faixa de 30 a 250 BPM, com apresentação de curva pletismográfica. - 4 - Monitoração de Pressão Não Invasiva Adulto (PNI) pelo método oscilométrico, com intervalos de medições programados pelo usuário; Monitoração de pressão configurável para pacientes adulto, pediátrico e neonatal; Medição de pressão diastólica, sistólica e média com indicação no display dos valores lidos com respectiva unidade de medida (mmHg); Faixa de leitura dentro dos limites de 30 a 250mm Hg; Alarmes para alta ou baixa pressão - 5 -Capnografia (ETCO2): para monitoração de capnografia. Deve apresentar a curva de CO2; Apresentar limites de alarmes mínimos e máximos. Sistema de medição que permita a monitoração com paciente não intubado. - 6 - Pressão Invasiva (PI) deve apresentar pelo menos dois canais de pressão invasiva; deve permitir a medição de pressão diastólica, sistólica, média e venosa com indicação no display dos valores lidos; faixa de leitura no display dentro dos limites de menor ou igual a -10 a maior ou igual a 300 mmHg com precisão de +- 2mm Hg. As curvas e os valores das pressões deverão apresentar configurações gráficas distintas na tela, para os diferentes tipos de pressão, de maneira a permitir diferenciação visual entre elas. Cada monitor deve vir acompanhado dos seguintes acessórios: a - 01(um) cabo paciente 5 vias com rabicho b - 2 (dois) sensores reutilizáveis de oximetria de pulso, sendo 02 (dois) Adulto; c - 01 (um) sensor de temperatura esofágico / retal reutilizável; d - 02 (dois) sensores de temperatura de superfície reutilizáveis; e - 02 (dois) manguitos reutilizáveis em material antialérgico (em dois tamanhos diferentes) para paciente adulto; f - Cabo de alimentação; g - 10 (dez) conjuntos de circuitos de amostra para medição de Capnografia; i-Suporte de parede para fixação dos monitores com acabamento resistente (tipo tinta eletrostática ou epóxi); O fornecedor devesa ceder as Licenças dos softwares instalados nos equipamentos, se for o caso. ACESSORIOS: Devem ser entregues com o produto todos os cabos, conectores, adaptadores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado; Devem ser entregues os manuais de operação, em português. ALIMENTACAO ELETRICA; Tensão de alimentação do equipamento: Bi Volt automático ou de acordo com tensão da unidade contemplada. GARANTIA Deve ser apresentada o Certificado de Garantia completa com duração mínima de 01 (um) ano a contar da data de aceitação do equipamento, entendendo-se por aceitação a etapa que se sucede a entrega do equipamento e que se caracteriza pela realização dos testes preconizados nos manuais de operação e de serviço, comprovando que o equipamento esta operando dentro de suas condições de normalidade. ASSISTENCIA TECNICA; Devem ser assegurados os serviços de assistência técnica, prestada diretamente pelo fabricante, seu representante ou empresa autorizada, no</p> | | |
|--|--|--|--|

| | | | |
|----|---|------|----|
| | estado de Mato Grosso do Sul (a empresa de assistência técnica indicada, quando não for à própria fabricante, deve ter capacitação comprovada pelo fabricante do equipamento ofertado e seguir todas as normas aplicáveis à assistência técnica do equipamento ofertado), mantendo-se para isso a periodicidade de atividades de manutenção de acordo com o cronograma que é recomendado nos manuais de operação e de serviço do fabricante registro na ANVISA/Ministério da Saúde ou comprovação de que o mesmo é isento de registro/cadastro, quando for o caso. | | |
| 32 | <p>CARDIOVERSOR PARA UNIDADE MOVEL DE URGENCIA; Especificações mínimas; DESFIBRILADOR/CARDIOVERSOR COM MONITOR DE ECG; PORTÁTIL EM CORPO ÚNICO (COM PESO MÁXIMO DE 8 kg) PARA SUPORTE DE VIDA BÁSICO E AVANÇADO, PARA USO ADULTO/PEDIÁTRICO E QUE POSSUA ALÇA PARA TRANSPORTE. DEVERÁ POSSUIR SOFTWARE E IDENTIFICAÇÕES NO IDIOMA PORTUGUÊS. POSSUIR DISPLAY LCD COLORIDO DE NO MÍNIMO 8" PARA O ACOMPANHAMENTO VISUAL DOS SINAIS VITAIS COM A APRESENTAÇÃO DE NO MÍNIMO 03 CURVAS DE ECG SIMULTÂNEAS NA TELA; SENDO NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DA CURVA DE RESPIRAÇÃO. POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DE CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA ATRAVÉS DAS PÁS EXTERNAS REUTILIZÁVEIS (PÁS ADULTO COM PEDIÁTRICAS EMBUTIDAS) E/OU ADESIVAS DESCARTÁVEIS. POSSUIR BOTÃO DE SINCRONISMO DEDICADO E INDICAÇÃO VISUAL NA TELA DO EQUIPAMENTO COM O RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO NO DISPLAY DAS ONDAS R DETECTADAS, POSSUIR TECLA DE ANULAR CARGA MANUALMENTE OU DESCARGA AUTOMÁTICA DENTRO DE 60 SEGUNDOS (OU COM TEMPO PROGRAMÁVEL) SE NÃO FOR DESCARREGADO PELO OPERADOR. NA FUNÇÃO DE DESFIBRILAÇÃO EXTERNA, PERMITIR CHOQUE SINCRONIZADO E NÃO SINCRONIZADO; REALIZANDO A DESFIBRILAÇÃO ATRAVÉS DAS PÁS EXTERNAS REUTILIZÁVEIS E OU ADESIVAS DESCARTÁVEIS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ IDENTIFICAR AUTOMATICAMENTE AS PÁS PEDIÁTRICAS E/OU INTERNAS (QUANDO DISPONÍVEIS) LIMITANDO A ENERGIA ENTREGUE. FORMA DE ONDA: POSSUIR FORMA DE ONDA BIFÁSICA COM AJUSTE AUTOMÁTICO EM FUNÇÃO DA IMPEDÂNCIA DO PACIENTE ADULTO E PEDIÁTRICO. CARGA: AJUSTÁVEL, NO MÍNIMO, NA FAIXA DE 1 A 360 J EM ATÉ 07 SEGUNDOS. DEA: POSSUIR MODO DE DESFIBRILAÇÃO SEMIAUTOMÁTICO OU MODO DEA ADULTO E PEDIÁTRICO COM MENSAGENS DE TEXTO E VOZ EM PORTUGUÊS; POSSUIR AUXÍLIO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE RCP (METRÔNOMO); IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO TIPO DE PACIENTE ATRAVÉS DAS PÁS CONECTADAS AO EQUIPAMENTO, LIMITANDO A ENERGIA (50J) PARA PACIENTES PEDIÁTRICOS. AUTO TESTE: REALIZAR AUTO TESTE PERIÓDICO E POSSUIR INDICADOR AUDIOVISUAL DE PRONTO PARA O USO. ALARMES: POSSUIR ALARMES COM INDICADOR AUDIOVISUAL (BAIXA E ALTA); POSSUIR INDICAÇÃO NUMÉRICA NO DISPLAY DOS VALORES DOS LIMITES DE ALARMES DE MÁXIMO E MÍNIMO PARA TODOS OS PARÂMETROS MONITORIZADOS. ECG: MONITORIZAÇÃO DAS 7 DERIVAÇÕES BÁSICAS ATRAVÉS DE CABO PADRÃO 5 VIAS; POSSIBILITAR TAMBÉM MONITORIZAÇÃO DE ECG PELAS PÁS EXTERNAS</p> | UNID | 01 |

| | | |
|--|--|--|
| | <p>REUTILIZÁVEIS, PÁS INTERNAS REUTILIZÁVEIS OU PÁS EXTERNAS ADESIVAS DESCARTÁVEIS. FAIXA MÍNIMA DE LEITURA DE 20 A 330 BPM. RESPIRAÇÃO: CONTROLE DA FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA COM CURVAS E TENDÊNCIAS. ESCALA: 5 A, PELO MENOS, 150 MOVIMENTOS RESPIRATÓRIOS POR MINUTO. DETECÇÃO DE APNEIA COM ALARMES AUDIOVISUAIS. FEEDBACK RCP: POSSUIR DISPOSITIVO DE FEEDBACK DA FREQUÊNCIA E PROFUNDIDADE, EM TEMPO REAL, PARA A MANOBRA DE RCP (DESCARTÁVEL OU REUTILIZÁVEL). SE DESCARTÁVEL (VINCULADO AS PÁS ADESIVAS), DEVERÁ SER FORNECIDO UMA QUANTIDADE MÍNIMA DE 10 (DEZ) PÁS A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DA FUNCIONALIDADE DO PRODUTO; SE REUTILIZÁVEL, DEVERÁ SER FORNECIDO 01 (UM) DISPOSITIVO. REGISTRADOR (IMPRESSORA): POSSUIR REGISTRADOR TÉRMICO INTEGRADO COM PAPEL DE NO MÍNIMO 50 mm PARA IMPRESSÃO DE RELATÓRIOS ACERCA DE EVENTOS, CARGAS, CHOQUES, ALARMES, TESTES OPERACIONAIS E INFORMAÇÕES DO APARELHO. POSSIBILITAR A IMPRESSÃO DOS PARÂMETROS E DADOS ARMAZENADOS NO EQUIPAMENTO COMO: CHOQUES, ALARMES, RESUMO DOS EVENTOS, ELETROCARDIOGRAMA E TESTES OPERACIONAIS. MARCA-PASSO: MARCA-PASSO EXTERNO TRANSCUTÂNEO NÃO INVASIVO; COM OS MODOS DE OPERAÇÃO DE DEMANDA E FIXO; POSSUINDO FREQUÊNCIA DE ESTIMULAÇÃO QUE ABRANJA A FAIXA DE 40 A 180 BPM (BATIMENTOS POR MINUTO); CORRENTE DE INTENSIDADE DE ESTIMULAÇÃO ABRANGENDO A FAIXA MÍNIMA DE 10 ATÉ 150 MA. TRANSMISSÃO DE DADOS: REALIZAR TRANSMISSÃO DE DADOS POR MEIO DE TECNOLOGIA DE CARTÃO DE MEMÓRIA, PORTA USB OU TECNOLOGIA SEM FIO DE TRANSMISSÃO, PARA O ENVIO DOS DADOS DOS EVENTOS PARA COMPUTADOR. ALIMENTAÇÃO: POSSIBILITAR O FUNCIONAMENTO TANTO NA BATERIA RECARREGÁVEL QUANTO NA ENERGIA ELÉTRICA 110/220 VAC – 50/60 HZ – BIVOLT AUTOMÁTICO; POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA. BATERIA COM CARREGADOR INTERNO; POSSUIR INDICAÇÃO DO STATUS DA BATERIA COM CLARA INDICAÇÃO VISUAL NO DISPLAY, COM AUTONOMIA DE EFETUAR, NO MÍNIMO, 120 DESCARGAS NA CARGA MÁXIMA OU NO MÍNIMO 3H DE MONITORIZAÇÃO, SEM PRECISAR DE RECARGA DURANTE ESSE PERÍODO. DEVE PERMITIR A TROCA PELO USUÁRIO SEM A NECESSIDADE DE ABERTURA DO EQUIPAMENTO OU UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS. MEMÓRIA: POSSUIR MEMÓRIA INTERNA OU SIMILAR COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA O ARMAZENAMENTO DE 2H DOS TRAÇADOS DE ECG. PROTEÇÃO: POSSUIR GABINETE COM SISTEMA DE ISOLAMENTO ELÉTRICO; O CIRCUITO DE AMPLIFICAÇÃO DO MONITOR DEVE SER PROTEGIDO CONTRA DANOS CAUSADOS PELA DESCARGA DO DESFIBRILADOR. DEVERÁ POSSUIR ÍNDICE DE PROTEÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A CLASSIFICAÇÃO IP44, COMPROVADO POR ENTIDADE CERTIFICADORA RECONHECIDA E PELO MANUAL DO USUÁRIO REGISTRADO NA ANVISA. NORMAS: POSSUIR REGISTRO DEFINITIVO, ATIVO E VÁLIDO JUNTO A ANVISA, ATENDENDO AS NORMAS DE SEGURANÇA PERTINENTES, MINIMAMENTE: NBR IEC</p> | |
|--|--|--|

| | | | |
|----|--|------|----|
| | 60601-1; NBR IEC 60601- 1-2; NBR IEC 60601-1-4; NBR IEC 60601-1-6; NBR IEC 60601-1-8; NBR IEC 60601-2-4; NBR IEC 60601-2-27; NBR IEC 60601-2-30 E NBR IEC 60601-2-49 (OU EQUIVALENTES). ACESSÓRIOS: 01 CABO DE FORÇA 01 CABO ECG 03 OU 05 VIAS 01 PÁS EXTERNAS ADULTO E PEDIÁTRICAS REUTILIZÁVEIS 01 CABO PARA ELETRODOS MULTIFUNÇÃO DE DEA/MP 01 PAR DE PÁS ADESIVAS ADULTO MULTIFUNÇÃO DESCARTÁVEIS PARA DEA/MP 01 MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS 10 ROLO DE PAPEL PARA IMPRESSORA 01 SENSOR PARA FEEDBACK DA RCP 01 SOFTWARE PARA INSTALAÇÃO EM P PARA MEMÓRIA DA UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO. 01 IMPRESSORA COMPATIVELCOM O SISTEMA OPERACIONAL. | | |
| 33 | <p>CARDIOVERSOR; Especificações mínimas; CARDIOVERSOR, desfibrilador, cardíaco, bifásico, para uso em pacientes adultos e pediátricos, com eletrodos reutilizáveis, modo manual e semiautomático, mínimo 200J, ECG, oximetria de pulso (SPO2) e marca-passo transcutaneo e seguinte configuração: - Deve proporcionar seleção de energia; - Deve dispor de capacidade de operação tanto no modo manual como no modo de Desfibrilação Externa Semiautomática (DEA); - Deve dispor de seleção de energia adequada para descarga de desfibrilação em pacientes pediátrico e adulto; - Deve operar com forma de onda bifásica, com valor máximo de pelo menos 200J, e adequado para uso em pacientes pediátricos; - O equipamento deve possuir pelo menos 10 (dez) possibilidades de ajuste de carga, no total; - Deve possuir um tempo de carregamento, para carga de 200J de no máximo 10 segundos. - O desfibrilador deve funcionar de forma simplificada /passos 1-2-3/, com instruções de operação; - Deve possuir a monitoração dos parâmetros de ECG e oximetria de pulso (SPO2); - A bateria deve ser capaz de realizar em uma única carga no mínimo 50 choques de 200J; - A descarga do desfibrilador deve requerer a ativação simultânea de dois controles (um em cada pá); - O desfibrilador deve possuir opção de indicar de forma visual ou sonora as fases da desfibrilação; - Deve possuir alarme de baixa carga da bateria; - Deve possuir no mínimo as seguintes indicações da situação da bateria: se ela esta sendo carregada, e se ela atingiu a carga total; - Possuir monitor de ECG para acompanhamento visual dos sinais cardíacos; - Monitorização Cardíaca através das pás: a aquisição dos sinais cardíacos deve ser realizada por intermédio das pás de desfibrilação; - Circuito de amplificação do monitor de ECG deve ser protegido contra danos causados pela descarga do Marca-passo cardíaco externo; - Possuir marca-passo transcutaneo: marca-passo de demanda, deve permitir operação em frequência fixa (assincrona-nao demanda) e/ou de demanda.; corrente de saída oscilando entre 10 a 200mA. ACESSÓRIOS: PAS: -01 (um) par completo de eletrodo externo reutilizável intercambiável adulto/pediátrico. OU -01 (um) par completo de eletrodo externo reutilizável adulto, e 01 (um) par completo de eletrodo externo reutilizável pediátrico. - Cabo de ECG de 5 vias para monitorização de ECG (além do cabo, todos os demais acessórios para a plena monitorização de ECG); - Cabo de SPO2 para monitorização de SPO2 (além do cabo, todos os demais acessórios para a plena monitorização de SPO2); - Bateria recarregável incorporada ou acoplada ao equipamento; Devem ser entregues com o produto todos os cabos, conectores, adaptadores e demais itens</p> | UNID | 02 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | <p>necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado; ALIMENTACAO ELETRICA; Tensão de alimentação do equipamento: Bi Volt automático ou de acordo com tensão da unidade contemplada. GARANTIA; Garantia completa com duração mínima de 01 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul, a contar da data de aceitação do equipamento, entendendo-se por aceitação a etapa que se sucede a entrega do equipamento e que se caracteriza pela realização dos testes preconizados nos manuais de operação e de serviço, comprovando que o equipamento esta operando dentro de suas condições de normalidade. REGISTRO NA ANVISA /Ministério da Saúde ou comprovação de que o mesmo e isento de registro/cadastro, quando for o caso. NORMALIZACAO; O equipamento deve estar de acordo com todas as legislações e regulamentos vigentes que se apliquem a ele. Esta secretaria pode exigir, a qualquer momento, se julgar necessário, comprovação de que o equipamento esta de acordo com norma ou legislação vigente especifica do equipamento.</p> | | |
| 34 | <p>FOCO CIRURGICO DE TETO; Especificações mínimas; Foco cirúrgico de teto com tecnologia LED, com duas cúpulas de lâmpadas de LED e controle eletrônico de intensidade que atenda as especificações a seguir: fixação ao teto através de haste central única e devem possuir braços articulados independentes para cada cúpula, que permita os movimentos de torção, flexão e rotação em torno da haste central; Pelo menos uma das cúpulas deverá ser provida de sistema que permita que a mesma fique a altura de 1 metro a partir do piso (altura da mesa cirúrgica) com o foco perpendicular à mesma (iluminação de cavidades); Para sustentação das cúpulas não deve ser empregado sistema de contrapesos, mas sim, sistema de freio adequado que permita que a cúpula fique estável na posição em que foi colocada; Sistema de suspensão leve, facilitando o movimento e fornecendo rápida estabilidade; Cada cúpula deverá ser dotada com sistema de iluminação por luz branca fria LED, fornecendo luz corrigida de cor próxima ao branco natural; Emprego de sistema de redução de sombra; Filtragem eficiente de raios infravermelhos e redução de radiação ultravioleta; O índice de reprodução de cores deve ser de 90 ou maior e temperatura de cor de no mínimo 4200 K ou maior; A intensidade luminosa de cada cúpula deverá ser igual ou maior do que 120.000 LUX, medidos a 1 (um) metro de distância. A iluminação do campo deve ser perfeita e isenta de sombras; Cada cúpula deve possuir sistema eletrônico de controle da intensidade luminoso disposto no próprio braço da cúpula com a utilização de teclado tipo membrana de fácil higienização e via manopla existente no centro da cúpula; Proteção do sistema eletrônico com fusível, substituível; Manopla de focalização facilmente retirável sem a utilização de ferramentas e autoclavável, permitindo ajuste pelo cirurgião durante o procedimento e através de painel eletrônico; Diâmetro de campo focal de 200 mm ou maior, para cada uma das cúpulas; As cúpulas devem ser providas de sistema de dissipação de calor voltada para fora do campo cirúrgico, impedindo aumento de temperatura sobre o cirurgião e paciente; Vida útil do sistema de iluminação LED de no mínimo 30.000 horas ou maior. Devera estar incluso instalação do equipamento na unidade hospitalar. Garantia completa com duração mínima de 01 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul, a contar da data de aceitação do equipamento, entendendo-se por aceitação a etapa que se sucede a</p> | UNID | 02 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | entrega do equipamento e que se caracteriza pela realização dos testes preconizados nos manuais de operação e de serviço, comprovando que o equipamento esta operando dentro de suas condições de normalidade. Registro na ANVISA/Ministério da Saúde ou comprovação de que o mesmo e isento de registro/cadastro, quando for o caso. A instalação do equipamento e de responsabilidade da contratada. | | |
| 35 | INCUBADORA NEONATAL ESTACIONARIA; Especificações mínimas; Equipamento utilizado para fins terapêuticos, proporcionado condições de ambiente controlado para o paciente neonatal. Equipamento construído em material não ferroso para evitar oxidações e facilitar assepsia; Cúpula em acrílico transparente de paredes duplas para evitar a perda de calor por irradiação; Possuir trava de segurança e/ou mecanismo de amortecimento para fechamento suave da cúpula para evitar acidentes; possuir porta de acesso rebatível; Possui pelo menos 5 portinholas ovais com trincos que possam ser abertos com os cotovelos e fechamento sobre guarnição de material atóxico, garantindo o isolamento e a condição de leve pressão positiva dentro da câmara; possuir pelo menos uma portinhola do tipo íris, permitindo a passagem e posicionamento de circuitos de respiradores, facilitando as manobras de intubação, sem alterar as condições do ambiente, possuir passa-tubos nas laterais da cúpula, permitindo o acesso de cabos e circuitos para o paciente; Suporte com rodízios de pelo menos 4 polegadas e freios; Leito do paciente construído em material plástico, atóxico e radio transparente, permitindo o procedimento de radiografia sem remover o paciente, ajustes do leito nas posições mínimas de Trendelenburg e Próclive, sem abrir a cúpula; possibilidade de deslocamento do leito para fora da cúpula, na parte frontal, através de trilhos, com trava de segurança; Possuir colchão de espuma de densidade adequada ao conforto do paciente; capa de materiais atóxicos e autoextinguíveis; Não possuir cantos vivos, facilitando os trabalhos de limpeza e desinfecção; Painel de controle microprocessado de fácil acesso e remoção para manutenção e calibração, possuir display de LCD ou LEDs que apresente as informações dos parâmetros monitorados; Servocontrole de temperatura do ar ATC (Temperatura do ar controlada) e de pele ITC (Temperatura do RN Controlada), servocontrole contínuo de umidade relativa do ar; Alarmes de indicação visual e sonoro de no mínimo: Alta temperatura ar/pele; Baixa temperatura ar/pele; Alta de circulação do ar; Hipotermia e hipertermia, Desconexão do sensor de pele do paciente, Falta ou falha de sensor, Falta de energia, Desligamento automático em caso de alta temperatura; Sistema de segurança; Possuir tecla para silenciar alarmes momentaneamente; Indicação das temperaturas medidas e ajustadas de pele e ar, pelo menos. Memorização dos últimos valores programados de temperaturas, umidade e alarmes para o caso de falta de energia; Sistema de circulação de ar dentro da cúpula. Acompanhar o equipamento no mínimo: Gabinete (1 ou 2 gavetas); Suporte de soro; e Duas prateleiras giratórias para suporte de equipamentos que suporte mínimo 6 kg. Todos os cabos, sensores, adaptadores e conectores necessários ao seu funcionamento. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante. | UNID | 01 |
| 36 | INCUBADORA DE TRANSPORTE NEONATAL; Especificações mínimas; Equipamento utilizado para proporcionar suporte à vida, durante o transporte de recém-nascidos em ambiente adequado de umidade, | UNID | 01 |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>temperatura e oxigenação. Equipamento possui cúpula construída em acrílico transparente, com paredes duplas em toda sua superfície para proteção do paciente contra perda de calor. Base em material plástico, possuir alças para transporte e dois suportes para cilindros de gases medicinais. Porta de acesso frontal e outra porta de acesso lateral, ambas com paredes duplas; possuir portinholas com manga punho e guarnições autoclaváveis em silicone atóxico; 1 portinhola tipo íris para passagem de tubos e drenos. Para-choque que protege todo o perímetro da incubadora. Deve possuir leito removível em material plástico antialérgico com dimensões que permitam adequada ergonomia para cintos de segurança em material macio e resistente, de fácil ajuste. Deve possuir colchão removível, impermeável e de material atóxico e auto-extinguível com espuma com densidade adequada, sem costura, prensada e capa removível. Entrada de oxigênio sem despejo de gás para a atmosfera, permitindo alta eficiência, economia e proteção, acoplada a suporte com altura ajustável, com rodízios e freios. Umidificação através de espuma sob o leito. Iluminação auxiliar com haste flexível para ajuste do foco. Deve possuir filtro de retenção bacteriológico. Painel de controle deve proporcionar a monitorização térmica do ambiente do paciente, possuir controle microprocessado de temperatura de ar do ambiente interno da incubadora e controle de temperatura do neonato mediante um sensor de temperatura de pele. Deve possuir alarmes audiovisuais para falta de energia elétrica e falta de energia da bateria, falta de circulação de ar, alta/baixa temperatura do ar, sensor do RN desconectado, Hipotermia/hipertermia, indicação do modo de alimentação, indicação das temperaturas do ar e bateria em carregamento. Deve possuir indicação visual do status ligado/desligado do aparelho; deve possuir bateria recarregável com autonomia de pelo menos 4 horas; carregador automático do tipo flutuante incorporado. Acompanhar o equipamento, no mínimo: carro de transporte tipo maca, com altura ajustável, resistente à choques mecânicos, acoplável à ambulância, 2 cilindros em alumínio tipo D ou E para oxigênio ou ar comprimido com válvula redutora e manômetro, suporte de soro com altura ajustável, prateleira para colocação de periféricos; cabos de ligação, tubo de oxigênio com regulador e fluxômetro, colchonete confeccionado em material atóxico e demais componentes necessários a instalação e funcionamento do equipamento. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.</p> | | |
|--|---|--|--|

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 107 Lei n.º 14.133, de 2021.

1.5. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

1.5.1. Os equipamentos médicos hospitalares deste termo de referência deverão ser entregue no seguinte endereço Rua Joaquim Murtinho s/n, Bairro Centro, CEP nº 79.280-000, fone 067 3287 1469 ou 067 3287 1292, no Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira, unidade de saúde da Secretaria

Municipal de Saúde de Porto Murtinho – MS, durante o período das 7h30min às 11h30min, e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira.

1.6. Do recebimento do objeto:

1.6.1. Os Equipamentos médicos hospitalares objeto da aquisição deve ser entregues no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.), tudo de uma só vez no endereço e local previsto no item; “1.5” deste Termo de Referência.

1.6.2 O prazo de entrega estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo estabelecido, e será formalmente aceito pela Autoridade Competente.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por finalidade a Estruturação dos setores que compõem a unidade de saúde Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira pós-reforma e ampliação, além de substituição de alguns equipamentos obsoletos com mais de 30 (trinta) anos de uso.

2.2. A Resolução nº 230/SES/MS de 18 de junho de 2024, processo nº 27/018153/2024, trata-se de repasses do Estado de Mato Grosso do Sul com a finalidade de arcar com os custos na aquisição dos equipamentos que se faz necessário para melhorias no atendimento aos pacientes atendido na unidade, e trabalhadores em saúde.

2.3. Contemplara as novas ampliações como; dois centros cirúrgicos, uma sala de parto, novos nove leitos adulto e pediátrico, mais uma sala de raios-X, laboratório, consultório médico, área administrativa ampliada, sala de ultrassonografia, pronto socorro ampliado, recepção ampliada, novas enfermarias, farmácia, sala de esterilização, salas de isolamento.

2.4. Diante disso a Secretaria Municipal de Saúde preocupada com o termino da obra de reforma e ampliação do Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira programada para até fim de dezembro/2024, optou-se na realização de licitação para aquisição dos equipamentos médicos e hospitalares com recurso oriundo do repasse através da resolução Estadual nº 230/SES/MS/2024.

2.5. A estimativa das quantidades foi baseada no levantamento realizado pela Secretaria demandante, por intermédio dos elementos dispostos no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

2.6. Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação, em virtude do exato enquadramento das necessidades e dos requisitos fundamentais para utilização desse procedimento nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. Com fundamento no art. 6º, XXIII da Lei 14.133/21, é necessário fazer uma análise sobre os itens deste estudo técnico preliminar;

3.1.1. A solução proposta é a aquisição de equipamentos médicos hospitalares através do Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico, conforme as especificações e condições, descritas no Termo de Referência.

3.1.2. A aquisição destes equipamentos faz parte de uma série de melhorias já colocadas em práticas pela atual administração no Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira do Município de Porto Murtinho – MS, o uso dos mesmos permitirá um atendimento mais rápido e eficaz em casos de urgência e emergência, melhorando a qualidade do cuidado aos pacientes.

3.1.3. Além disto, com a reforma e ampliação todo equipado com equipamentos de ponta, o hospital se tornará uma referência em seu atendimento ampliado na urgência e emergência e trará ao município a possibilidade de mais recursos oriundos do Governo Federal e Estadual, outro ponto é que o equipamento será adquirido com recurso oriundo do Governo do Estado do Mato Grosso do

Sul, sendo assim o município não precisará desembolsar valor de seu orçamento para a aquisição do mesmo.

3.1.4. Desta forma, para a compra dos itens o mesmo deverá obedecer aos requisitos técnicos a serem especificados no edital. Vale ressaltar, que a medida a ser adotada encontra respaldo jurídico na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre licitação na modalidade pregão eletrônica para a contratação dos itens deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A metodologia aplicada para calcular o quantitativo proposto foi levada em consideração que a estrutura Hospitalar, em especial os ambientes de atendimento ao público é carente de equipamentos necessários para seu devido funcionamento, percebendo-se que o mobiliário e suporte técnico encontra-se em fase avançada de desgaste, para isso se faz necessário investimento na Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para melhor ambiente de trabalho dos profissionais prestadores de serviços assim como melhor acolhimento aos usuários. Levando em consideração que a estrutura física do prédio do HOPR esta passando por reformas e, com boa capacidade de acomodações, e foi reformada recentemente e necessita de equipamentos novos, pois os equipamentos existentes são insuficientes e/ou estão sem condições de uso, sendo necessária a disponibilização de equipamentos adequados e em quantidade necessária aos serviços atualmente prestado.

4.1 São as condições indispensáveis para a solução atender à pretensão contratual, tais como;

4.1.1 Entregar os equipamentos médicos e hospitalares, na conformidade do estabelecido no Edital, Termo de referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias;

4.1.2 Os materiais a serem adquiridos devem apresentar especificação técnica de acordo com a descrição constante do Termo de Referência, para que essa aquisição supra as necessidades da Instituição. O objeto foi descrito conforme especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento de requisitos de qualidade.

4.1.3 Efetuar a entrega dos materiais conforme especificações, quantidades, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, de acordo com as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 São as condições indispensáveis para a solução atender à pretensão contratual, tais como;

5.1.1 Entregar os objetos, na conformidade do estabelecido no Edital e Termo de referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias;

5.1.2 Os equipamentos a serem adquiridos devem apresentar especificação técnica de acordo com a descrição da ETP e do Termo de Referência, para que a essa aquisição supra as necessidades da Instituição. O objeto foi descrito conforme especificações técnicas necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento de requisitos de qualidade.

5.1.3 Efetuar a entrega dos equipamentos conforme especificações, quantidades, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, de acordo com as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

5.2 Qualificação técnica da Contratada:

5.2.1 Os requisitos já foram descritos na especificação técnica dos itens, constando no ETP e termo de referência. Assim, para os itens que forem necessários, a contratada deverá comprovar a habilitação técnica através de:

5.2.2 Registro em órgão regulamentador como; INMETRO, ANVISA, CREA, NBR IEC 60601-1; NBR IEC 60601-1-2; NBR IEC 60601-1-4; NBR IEC 60601-1-6; NBR IEC 60601-1-8; NBR IEC 60601-2-4; NBR IEC 60601-2-27; NBR IEC 60601-2-30 E NBR IEC 60601-2-49, NBR 11816 – Esterilização – Esterilizadores a vapor com vácuo para produtos de saúde; NR 13- Caldeiras e Vaso de Pressão; Certificação ASME – para este tipo de equipamento; NBR ISO 17665-1, além disso, a solução deve atender às normas e critérios de sustentabilidade, conforme Manual de Contratações Sustentáveis da AGU.

5.2.3 A solução deve observar os padrões de qualidade conforme regulamentado pelo INMETRO, ANVISA. Nessa esteira, os itens a serem adquiridos deverão estar de acordo com as normas técnicas pertinentes e vigentes.

5.2.4 O Fornecedor deverá manter, durante todo o processo de compra, até a emissão da nota fiscal, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3 Da Assistência Técnica do equipamento:

5.3.1 Os equipamentos que a contratada fornecer deve possuir assistência técnica credenciada pelo fabricante no Estado de Mato Grosso do Sul, a ser prestada por profissional qualificado e treinado pelo próprio fabricante do objeto.

5.3.2 A contratada deverá substituir os equipamentos que por ventura apresentar defeitos de fabricação no equipamento.

5.3.3 A assistência técnica autorizada pelo fabricante e ou revenda no Estado de Mato Grosso do Sul, deverá contar com peças originais do fabricante para reposição na garantia e pós garantia.

5.3.4 A contratada para o fornecimento dos equipamentos analisador automático bioquímico, e analisador automático para hematologia, deverá ter fornecedores nacionais para reabastecimento de reagentes, periféricos e reposição de peças compatível com o equipamento oferecido.

5.4 Da garantia;

5.4.1 A contratada deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses exceto os solicitada no descritivo de equipamento conforme consta no item; “1.1”, a garantia deverá ser em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, contado a partir da data de aceitação do objeto, de acordo com as normas vigente, Pelo que se obriga independentemente de ser ou não o fabricante do produto, a efetuar, dentro do prazo da garantia, substituições de todas as unidades que apresentarem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para Prefeitura Municipal de Porto Murtinho – MS, desde que estes não sejam provenientes de uso ou manuseio inadequado.

5.4.2 O termo de garantia ou equivalente deve esclarecer, de maneira clara e adequada em que consiste a garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que deverá ser exercitada, sendo o ônus a cargo da contratada, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato da entrega dos produtos, acompanhados de manual de uso e manutenção.

5.4.3 Os objetos itens deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de equipamentos resultantes de processo de recondição e/ou remanufaturamento.

5.4.4 Os objetos itens deste Termo de Referência a serem entregues deverão ser fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente.

5.4.5 Contratada deverá fornecer os equipamentos conforme descritivo constante do item; “1.1” deste Termo de Referência.

5.5 Da entrega do objeto;

5.5.1 Os Equipamentos objeto das aquisições deve ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.), tudo de uma só vez no

Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Murtinho – MS, localizado na Rua Doutor Correa nº 737 Centro CEP; 79280-000, durante o período de segunda a sexta feira das 7;30h às 11;30h, das 13;30hs á 17;30hs.

- 5.5.1.1 O prazo de entrega estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

5.6 Os equipamentos serão recebidos da seguinte forma:

- 5.6.1 O prazo de entrega dos itens que consta no objeto deste Termo de Referencia é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento – AF, no seguinte endereço;

5.6.1.1 Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira unidade da Secretaria Municipal de Saúde localizado na Avenida Rio Branco s/n, Bairro; Centro, CEP nº 79.280-000, telefone nº 067 3287 1469 ou 067 3287 1292, devidamente acompanhado pela Nota Fiscal e Autorização de Fornecimento (AF), sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre no período das 7;30h às 11;30h das 13;30h às 17;30h, de segunda a sexta feira.

5.6.1.2 A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

5.6.1.3 A “AUTORIZAÇÃO DE FORNECIEMNTO - AF” será emitida no Sistema Único de Processo Eletrônico em rede na secretaria Municipal de Administração, assinado pelo gestor (a) ou seu substituto, para validar o pedido e será encaminhado via e-mail, e a contratante terá 30 (trinta) dias para efetuar a entrega.

5.6.1.4 Caberá à Seção de Almoxarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos equipamentos, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos materiais conforme as especificações do edital.

5.6.1.5 O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber. Do contrato,

5.6.1.6 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização para efeito de posterior com as especificações constantes do termo de referencia e na proposta e verificação de sua conformidade.

5.6.1.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6.1.8 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6.1.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6.1.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7 Da instalação;

5.7.1 Os equipamentos AUTOCLAVE HOSPITALAR, FOCO CIRURGICO DE TETO, FOCO CIRURGICO DE SOLO MOVEL, APARELHO DE RAIOS-X MOVEL, APARELHO DE ANESTESIA HOSPITALAR, ANALISADOR AUTOMATICO BIOQUIMICO, ANALISADOR AUTOMATICO HEMATOLOGIA, APARELHO DE ANESTESIA, a contratada devera realizar o agendamento para a instalação no Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira localizado na Rua Joaquim Murtinho s/n Bairro; Centro, CEP; 79280-000 fone 067-32871469 ou 06732871292. Incluso capacitação dos profissionais de saúde da unidade para operacionalização dos equipamentos.

5.8 Da Capacitação aos usuários dos equipamentos;

5.9 A contratada devera além da obrigação de fornecer o manual de instrução traduzido em Português Brasil dos equipamentos, devera também fornecer suporte técnico para capacitação dos profissionais de saúde para operacionalização do equipamento de maior complexidade.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:

6.1 Do Fiscal de Contrato;

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.1.6 O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará (ão) a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.2 Das Obrigações da Contratada

6.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

6.2.1.2 O objeto deste Termo de Referência deverá estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

6.2.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

6.2.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 07 (sete) dias úteis o objeto

com avarias ou defeitos, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

- 6.2.1.5** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.2.1.6** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.2.1.7** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 6.2.1.8** Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do local onde os bens forem entregues;
- 6.2.1.9** Responder pelos danos causados diretamente à Administração, ou ainda, a terceiros, durante a execução da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento da Contratante;
- 6.2.1.10** Arcar com o custo do frete dos bens, da origem até o seu destino final, observando sempre as normas pertinentes ao transporte;
- 6.2.1.11** Responsabilizar-se por quaisquer tributos ou encargos (fiscais, comerciais ou trabalhistas) resultantes da contratação.
- 6.2.1.12** Entregar os equipamentos médicos e hospitalares com sistema operacional devidamente instalado acompanhado dos acessórios que acompanha o que torna completo.
- 6.2.1.13** Entregar os equipamentos médicos e hospitalares com manual de uso em português Brasil, além do manual de instalação e operacionalização do equipamento.
- 6.2.1.14** Para os equipamentos de AUTOCLAVE HOSPITALAR, FOCO CIRURGICO DE TETO, FOCO CIRURGICO DE SOLO MOVEL, APARELHO DE RAIOS-X MOVEL, APARELHO DE ANESTESIA HOSPITALAR, ANALISADOR AUTOMATICO BIOQUIMICO, ANALISADOR AUTOMATICO PARA HEMATOLOGIA, a contratada devera realizar o agendamento para a instalação na unidade hospitalar do município.
- 6.2.1.15** Os equipamentos de modo geral, a contratada devera além de fornecer manuais de instrução e operacionalização, devera capacitar os profissionais de saúde da unidade hospitalar que farão uso.
- 6.2.1.16** A proposta devera estar contemplada o fornecimento de equipamentos médicos e hospitalares com tecnologia de ponta garantia mínima de 01 (um) ano em todo Estado de Mato Grosso do Sul, com instalação e capacitação dos usuários da unidade.
- 6.2.1.17** A contratada para o fornecimento dos equipamentos de analisador automático bioquímico e de hematologia devera ter em comercialização devidamente registrado na ANVISA os reagentes químicos compatível com os equipamentos a serem oferecidos. Peças de reposição, assistência presencial ou remota para configuração e ou capacitação com disponibilidade 24hs caso seja necessário esse suporte no produto ofertado.

6.3 Das Obrigações da Contratante;

- 6.3.1** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas nesse de Termo de Referência;
- 6.3.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.3.3** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.3.4** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 6.3.5** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 6.3.6** Designar funcionários, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato;
- 6.3.7** Exigir da Contratada, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
- 6.3.8** Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência mediante Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e as exigências da contratação;

6.3.9 Anotar em registro próprio e notificar a Contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1.1 Para o recebimento do objeto a contratada deverá atender-se o que determina o item; "4.3" deste Termo de Referência.

7.2 DO PAGAMENTO:

7.2.1 O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

7.2.2 A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

7.2.2.1 Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

7.2.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.2.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.2.4 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.2.3 A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações poderá implicar no não recebimento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO na modalidade pregão eletrônico, com julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

8.2 Da Qualificação Técnica;

8.2.1 Comprovação de aptidão para fornecimento dos itens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência e da licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.2.2 Registro que comprove e regulamenta a comercialização dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência se for o caso.

8.2.3 Registro em órgão regulamentador como INMETRO, ANVISA e outros. A solução deve atender às normas e critérios de sustentabilidade, conforme Manual de Contratações Sustentáveis da AGU.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

8.1 O valor de referência para aplicação do menor preço corresponde a R\$ **2.497.673,20 (dois milhões** quatrocentos e noventa e sete mil seiscentos e setenta e três reais e vinte centavos) conforme detalhamento dos itens abaixo.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | Quant. Estima do 2024 | VALOR UNITÁRIO |
|------|--|------|-----------------------|----------------|
| 01 | BANHO MARIA; | UNID | 01 | R\$ 1.920,00 |
| 02 | CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS DIVERSOS | UNID | 01 | R\$ 2.736,33 |
| 03 | CENTRIFUGA DE LABORATORIO tecnologia digital, tipo; para TUBOS de 04 ate 30 amostras | UNID | 01 | R\$ 3.951,07 |
| 04 | CONTADOR MANUAL DE CÉLULAS PARA LABORATORIO | UNID | 01 | R\$ 913,33 |
| 05 | HOMOGENEIZADOR DE BOLSA DE SANGUE DE LABORATORIO | UNID | 01 | R\$ 1.283,33 |
| 06 | IMPRESSORA DE CODIGO DE BARRA | UNID | 01 | R\$ 1.812,79 |
| 07 | NO BREAK (para computador) NOBREAK | UNID | 03 | R\$ 861,83 |
| 08 | BERÇO HOSPITALAR COM GRADE | UNID | 04 | R\$ 2.376,67 |
| 09 | ANALISADOR AUTOMATICO PARA HEMATOLOGIA | UNID | 01 | R\$ 108.722,22 |
| 10 | ANALISADOR AUTOMATICO BIOQUIMICO | UNID | 01 | R\$ 139.333,33 |
| 11 | CARRO DE EMERGENCIA | UNID | 02 | R\$ 4.600,29 |
| 12 | BISTURI ELETRICO (a partir de 151 w) | UNID | 02 | R\$ 29.246,00 |
| 13 | MESA CIRURGICA | UNID | 02 | R\$ 52.326,66 |
| 14 | VENTILADOR PULMONAR ELETRICO | UNID | 02 | R\$ 60.074,75 |
| 15 | FOCO CIRURGICO DE SOLO MOVEL | UNID | 04 | R\$ 14.500,00 |
| 16 | BIOMBO | UNID | 25 | R\$ 961,67 |
| 17 | ARMARIO DO TIPO VITRINE | UNID | 20 | R\$ 1.209,75 |
| 18 | POLTRONA HOSPITALAR | UNID | 25 | R\$ 1.280,00 |
| 19 | BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO | UNID | 10 | R\$ 1.637,86 |
| 20 | ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELETRICO MOVEL | UNID | 01 | R\$ 1.926,67 |
| 21 | BERÇO AQUECIDO | UNID | 02 | R\$ 26.839,99 |
| 22 | OXIMETRO DE PULSO | UNID | 02 | R\$ 4.403,17 |
| 23 | AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA | UNID | 02 | R\$ 3.444,87 |
| 24 | AUTOCLAVE HOSPITALAR | UNID | 01 | R\$ 204.565,83 |

| | | | | |
|----|--|------|----|----------------|
| 25 | CARRO MACA SIMPLES | UNID | 16 | R\$ 4.300,01 |
| 26 | CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER ELETRICA | UNID | 25 | R\$ 15.000,00 |
| 27 | MONITOR MULTIPARAMETROS | UNID | 01 | R\$ 19.488,33 |
| 28 | OTOSCÓPIO DE SISTEMA ABERTO | UNID | 02 | R\$ 2.133,59 |
| 29 | APARELHO DE ANESTESIA | UNID | 01 | R\$ 97.453,33 |
| 30 | APARELHO DE RAIOS-X MÓVEL | UNID | 01 | R\$ 539.633,33 |
| 31 | MONITOR MULTIPARAMETRO PARA CENTRO CIRURGICO | UNID | 03 | R\$ 36.260,01 |
| 32 | CARDIOVERSOR PARA UNIDADE MOVEL DE URGENCIA | UNID | 01 | R\$ 38.733,33 |
| 33 | CARDIOVERSOR | UNID | 02 | R\$ 31.498,48 |
| 34 | FOCO CIRURGICO DE TETO | UNID | 02 | R\$ 56.396,67 |
| 35 | INCUBADORA NEONATAL ESTACIONARIA | UNID | 01 | R\$ 32.630,00 |
| 36 | INCUBADORA DE TRANSPORTE NEONATAL | UNID | 01 | R\$ 41.299,33 |

Valor TOTAL R\$ 2.497.673,20

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA:

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício conforme a seguir.

9.1.1 Projeto de Atividade: 1.017, Aquisição de Veículos e Equipamentos para Unidade de Saúde.

Elemento de Despesas; (256) 4.4.90.52.00.00.00.00 0.1.0632 (0632) EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Porto Murtinho/MS, 28 de novembro de 2024.

Moacir Gomides Teixeira
Gerente de Avaliação Controle e Auditoria
Decreto nº 14.310/2023.

RITA DE CÁSSIA PADILHA
ORDENADOR DE DESPESA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 14.947/2024

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PORTO
MURTINHO, ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL,
E**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO MURTINHO MS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 11.160.486/0001-41, com sede a Rua Doutor Correa, 737, neste ato devidamente representado pela SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Sra. RITA DE CASSIA PADILHA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº. 201.629.361-68, residente e domiciliada no Município de Porto Murtinho MS, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXX/2024 e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº. XXX/2024*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos permanente medico hospitalar para atender Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira através da resolução nº 230/SES/MS de 18 de junho de 2024, Processo nº27/018153/2024, que autoriza a transferência de recursos do Fundo Especial de Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Murtinho – MS, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

Elemento Característicos:

| Item | Descrição | Unid. | Marca | Valor Unit. | Valor Total |
|------|-----------|-------|-------|-------------|-------------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

1.2.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1 *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1 O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

- 6.1.1 A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:
- 6.1.2 Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;
- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 6.1.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 6.1.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 6.1.6 A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com o descrito no edital.

7.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 92, § 4º da Lei 14.133/21.

7.3. Caso ocorra à variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente a Administração

Municipal, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. Em caso de redução nos preços dos serviços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7.5. Os valores inicialmente contratados poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, contados da data da apresentação das propostas, por meio do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. O reajuste será realizado por Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas nesse de Termo de Referência;

8.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

8.1.5 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.6 Designar funcionários, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato;

8.1.7 Exigir da Contratada, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;

8.1.8 Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência mediante Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e as exigências da contratação;

8.1.9 Anotar em registro próprio e notificar a Contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. Obedecer às especificações constantes neste Termo de Referência.

9.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e

perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

9.1.1.2 O objeto deste Termo de Referência deverá estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

9.1.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

9.1.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 07 (sete) dias úteis o objeto com avarias ou defeitos, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

9.1.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.1.1.8 Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do local onde os bens forem entregues;

9.1.1.9 Responder pelos danos causados diretamente à Administração, ou ainda, a terceiros, durante a execução da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento da Contratante;

9.1.1.10 Arcar com o custo do frete dos bens, da origem até o seu destino final, observando sempre as normas pertinentes ao transporte;

9.1.1.11 Responsabilizar-se por quaisquer tributos ou encargos (fiscais, comerciais ou trabalhistas) resultantes da contratação.

9.1.1.12 Entregar os equipamentos médicos e hospitalares com sistema operacional devidamente instalado acompanhado dos acessórios que acompanha o que torna completo.

9.1.1.13 Entregar os equipamentos médicos e hospitalares com manual de uso em português Brasil, além do manual de instalação e operacionalização do equipamento.

9.1.1.14 Para os equipamentos de AUTOCLAVE HOSPITALAR, FOCO CIRURGICO DE TETO, FOCO CIRURGICO DE SOLO MOVEL, APARELHO DE RAIOS-X MOVEL, APARELHO DE ANESTESIA HOSPITALAR, ANALISADOR AUTOMATICO BIOQUIMICO, ANALISADOR AUTOMATICO PARA HEMATOLOGIA, a contratada devera realizar o agendamento para a instalação na unidade hospitalar do município.

9.1.1.15 Os equipamentos de modo geral, a contratada devera além de fornecer manuais de instrução e operacionalização, devera capacitar os profissionais de saúde da unidade hospitalar que farão uso.

9.1.1.16 A proposta devera estar contemplada o fornecimento de equipamentos médicos e hospitalares com tecnologia de ponta garantia mínima de 01 (um) ano em todo Estado de Mato

Grosso do Sul, com instalação e capacitação dos usuários da unidade.

9.1.1.17 A contratada para o fornecimento dos equipamentos de analisador automático bioquímico e de hematologia deverá ter em comercialização devidamente registrado na ANVISA os reagentes químicos compatíveis com os equipamentos a serem oferecidos. Peças de reposição, assistência presencial ou remota para configuração e ou capacitação com disponibilidade 24hs caso seja necessário esse suporte no produto ofertado.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

V. ADVERTÊNCIA, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

VI. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

VII. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

VIII. Multa:

- a. Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de até o limite de 10% do valor empenhado;
 - i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

- d. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- e. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- f. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Porto Murtinho MS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Porto Murtinho MS, ____ de ____ de 2024.

RITA DE CÁSSIA PADILHA
Secretária Municipal de Saúde
(CONTRATANTE)

Representante Legal
(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

NOME:
Cargo:

NOME:
Cargo:

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS

| | | | |
|-------------------------------|--|--|------------------------------|
| PROPOSTA DE PREÇOS | MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024 | PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2024 | TIPO: MENOR PREÇO |
|-------------------------------|--|--|------------------------------|

| | |
|--------------------|----------------|
| PROPONENTE: | |
| Endereço: | |
| Cidade: | Estado: |
| Telefone: | E-mail: |

| ITEM Nº | DESCRIÇÃO | MARCA | UNID. | QUANT. | PREÇO (R\$) | |
|----------------------------|----------------------|-------|-------|--------|-------------|-------|
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | | | | | |
| VALOR TOTAL R\$ () | | | | | | |

1. Os preços ofertados têm como referência o mês de ____/2024, para pagamento de acordo com as condições fixadas no **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024**, mantendo-se os preços fixos e irrevogáveis.

2. No preço ofertado estão computados todos os custos básicos incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do Pregão, inclusive tributos, contribuições incidentes, impostos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do Pregão.

3 O **Prazo de validade da proposta**: 60 (sessenta) dias corridos, contados da entrega dos envelopes "PROPOSTA".

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome,
Qualificação (cargo ou função),
Dados pessoais (nacionalidade, estado civil e profissão),
Número dos documentos pessoais (RG, CPF),
Endereço completo.

Local, data, razão social, nome do representante legal e assinatura.

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXX/2024

DECLARAÇÃO INIDONEIDADE

(Nome da Empresa)

CNPJ/MFº. sediada (Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico Nº. XXX/2024** instaurada pelo **Fundo Municipal de Saúde do Município de Porto Murtinho MS**, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente. (Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO V

Pregão Eletrônico N°. XXX/2024

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MFNº. , sediada (Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e número da carteira de identidade do declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VI

Pregão Eletrônico N°. XXX/2024

DECLARAÇÃO MENORES DE IDADE

(Nome da Empresa)

CNPJ/MFº. , sediada (Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO VII

Pregão Eletrônico N°. XXX/2024

DECLARAÇÃO ME/EPP

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF N°. , sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

Local e data

Nome e N°. da cédula de identidade do declarante

ANEXO VIII

Pregão Eletrônico N°. XXX/2024

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do **Pregão Eletrônico N°. XXX/2024** do **Fundo Municipal de Saúde do município de Porto Murtinho MS**, que a empresa tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer serviço/produto de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:

ANEXO IX

Pregão Eletrônico N°. XXX/2024

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

(Razão Social)

CNPJ/MFNº.

Sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade **Pregão Eletrônico N°. XXX/2024**, instaurada pelo **Fundo Municipal de Saúde do município de Porto Murtinho MS**, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data

Local

Nome do declarante

RG

CPF

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.